



PROVA OBJETIVA

Prezado (a) Candidato (a):

1. **VERIFIQUE** com muita atenção este **CADERNO DE PROVA**. Deve conter **120 (cento e vinte) questões**, de múltipla escolha, com quatro opções de resposta. **Constatando qualquer anormalidade** (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões, impressão defeituosa), **solicite imediatamente a substituição**.
NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.

2. **PARA SEU MELHOR DESEMPENHO:**

- a) Procure **utilizar bem o tempo** de prova;
- b) **Responda** inicialmente **as questões** que lhe parecerem **mais fáceis**, deixando para o final aquelas que requerem exame ou consulta mais aprofundada;
- c) **Assinale** a alternativa escolhida **no Caderno de Prova**;
- d) **Reveja as questões**, conferindo as respostas, **ANTES** de marcar a Folha de Respostas;
- e) **Solicite ao Fiscal** mais próximo **a sua Folha de Respostas**, para transcrição de suas escolhas em definitivo;

NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS.

3. **ATENÇÃO !!! SUA FOLHA DE RESPOSTAS SERÁ CORRIGIDA POR LEITURA ÓTICA. PORTANTO:**

- f) **Marque** suas respostas observando o exemplo abaixo e as indicações constantes da Folha de Respostas;
- g) **Ao transcrever suas opções para a Folha de Respostas, USE somente a CANETA ESFEROGRÁFICA QUE LHE FOI ENTREGUE PELA FISCALIZAÇÃO;**
- h) **Terminando** de transcrever suas opções, **chame o fiscal** mais próximo, **devolva o Caderno de Prova utilizado e a Folha de Respostas preenchida;**
- i) Há uma **ÚNICA** alternativa **CORRETA**;

j) **DESCONHECENDO A RESPOSTA CORRETA, É IMPRESCINDÍVEL ASSINALAR NA FOLHA DE RESPOSTAS A ALTERNATIVA "E";**

- k) Não assinalada a alternativa "E", a questão deixada sem resposta ou marcada com mais de uma opção equivalerá a questão com resposta errada;

4. **LEMBRE-SE:**

- l) **QUATRO RESPOSTAS ERRADAS ANULAM UMA CERTA;**
- m) Deixando a questão sem resposta e assinalando a alternativa "E", você não será penalizado;
A INCORREÇÃO OU RASURA NO PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS PODERÁ PREJUDICÁ-LO(A).



1ª PARTE - GRUPO I																							
1	●	B	C	D	E	11	●	B	C	D	E	21	●	B	C	D	E	31	●	B	C	D	E
2	A	●	C	D	E	12	A	●	C	D	E	22	A	●	C	D	E	32	A	●	C	D	E
3	A	B	●	D	E	13	A	B	●	D	E	23	A	B	●	D	E	33	A	B	●	D	E
4	A	B	C	●	E	14	A	B	C	●	E	24	A	B	C	●	E	34	A	B	C	●	E
5	A	B	C	D	●	15	A	B	C	D	●	25	A	B	C	D	●	35	A	B	C	D	●
6	●	B	C	D	E	16	●	B	C	D	E	26	●	B	C	D	E	36	●	B	C	D	E
7	A	●	C	D	E	17	A	●	C	D	E	27	A	●	C	D	E	37	A	●	C	D	E
8	A	B	●	D	E	18	A	B	●	D	E	28	A	B	●	D	E	38	A	B	●	D	E
9	A	B	C	●	E	19	A	B	C	●	E	29	A	B	C	●	E	39	A	B	C	●	E
10	A	B	C	D	●	20	A	B	C	D	●	30	A	B	C	D	●	40	A	B	C	D	●



GRUPO I
DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS
DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO AMBIENTAL
DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO

1. SÃO CLÁUSULAS PÉTREAS, SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

- I - a Federação e a República;
- II - o voto universal, direto, secreto e periódico;
- III - a forma federativa de Estado;
- IV - a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

Analisando-se as assertivas acima, podemos afirmar que:

- a) () todas estão corretas;
- b) () estão corretas apenas as de números I, II e III;
- c) () somente as de números I, II e IV estão corretas;
- d) () estão corretas apenas as de números II, III e IV estão corretas.

2. O SIGILO DAS COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS:

- I - é inviolável, salvo, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual;
- II - é absolutamente inviolável;
- III - pode ser quebrado mediante autorização judicial ou de comissão parlamentar de inquérito, dispensada a fundamentação em casos de urgência;
- IV - pode ser quebrado por determinação do Ministério Público.

Analisando-se as asserções acima pode-se afirmar que:

- a) () apenas a de número IV está correta;
- b) () estão corretas somente as de números I, III e IV;
- c) () somente a de número II está correta;
- d) () está correta apenas a de número I.

3. A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA GARANTE QUE:

- I - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;
- II - em processo administrativo ou judicial, aos litigantes e aos acusados em geral são assegurados

o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

III - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

IV - provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis no processo.

Analisando-se as assertivas acima, podemos afirmar que:

- a) () todas estão corretas;
- b) () apenas as de números I, III e IV estão corretas;
- c) () estão corretas somente as de números I, II e III;
- d) () apenas as de números I e III estão corretas.

4. OS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS:

I - têm sempre o valor de normas infra-constitucionais em qualquer hipótese, prevalecendo a lei se com eles for incompatível;

II - com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações deles decorrentes, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, podem servir de fundamento ao Procurador-Geral da República para suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal;

III - como os tratados, convenções e atos internacionais em geral, são celebrados pelo Presidente da República, como Chefe de Estado, e sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IV - que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Analisando-se as asserções acima, podemos afirmar que:

- a) () estão corretas somente as de números I, II e III;
- b) () somente as de números II, III e IV estão corretas;
- c) () todas estão corretas;
- d) () apenas as de números I e III estão corretas.

GRUPO I

5. NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA, OS ESTADOS-MEMBROS:

I - organizam-se e regem-se pelas respectivas Constituições, ainda que contrariem os princípios da Constituição Federal, tendo em vista a autonomia estadual e a observância compulsória, como cláusula pétrea, da forma federativa de Estado;

II - poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum;

III - poderão sofrer intervenção federal na hipótese, dentre outras, de inobservância do princípio constitucional da autonomia municipal;

IV - fixarão livremente o número de Deputados à Assembléia Legislativa e os respectivos subsídios, proporcionalmente à sua população, nos termos e segundo os critérios estabelecidos exclusivamente na Constituição Estadual, independentemente de qualquer norma constitucional federal.

Analisando-se as assertivas acima, podemos afirmar que:

- a) () todas estão corretas;
- b) () estão corretas apenas as de números I, II e III;
- c) () somente as de números II e III estão corretas;
- d) () estão corretas apenas as de números II, III e IV.

6. COMPETE À UNIÃO FEDERAL:

I - legislar privativamente sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral e do trabalho, dentre outros ramos do direito, podendo, contudo, mediante lei complementar, autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas relativas a tais matérias;

II - legislar concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal sobre direito ambiental e defesa do consumidor;

III - legislar privativamente sobre populações indígenas;

IV - legislar concorrentemente com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios sobre desapropriação.

Analisando-se as asserções acima, podemos afirmar que:

- a) () todas estão corretas;

b) () estão corretas somente as de números I, II e III;

c) () apenas as de números II, III e IV estão corretas;

d) () estão corretas somente as de números I, III e IV.

7. O PODER LEGISLATIVO FEDERAL:

I - é bicameral, sendo exercido pelo Congresso Nacional, constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal;

II - exercido pelo Congresso Nacional, é constituído pela Câmara dos Deputados – composta de representantes do povo – e pelo Senado Federal – composto de representantes dos Estados e do Distrito Federal;

III - é exercido pelo Congresso Nacional, a que incumbe, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União Federal;

IV - é exercido pelo Congresso Nacional a que compete, com exclusividade, dentre outras matérias, resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Analisando-se as assertivas acima, podemos afirmar que:

- a) () todas estão corretas;
- b) () estão corretas apenas as de números I, II e III;
- c) () somente as de números II, III e IV estão corretas;
- d) () estão corretas apenas as de números I, II e IV.

8. NO PROCESSO LEGISLATIVO FEDERAL:

I - compreende-se a elaboração de leis ordinárias, leis complementares, emendas à Constituição, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções;

II - a proposta de emenda constitucional será discutida e votada pelo Congresso Nacional, em sessão unicameral, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos de seus membros;

III - a iniciativa das leis é privativa dos Deputados Federais, dos Senadores e do Presidente da República;

IV - em casos de relevância e urgência, poderão ser editadas medidas provisórias, com força de lei, sobre matéria reservada a lei complementar e ao processo



GRUPO I

civil, vedada sua edição relativamente ao direito penal ou processual penal.

Analisando-se as assertivas acima, podemos afirmar que:

- a) somente as de números I, II e III estão corretas;
- b) todas estão corretas;
- c) estão corretas apenas as de números II, III e IV;
- d) somente a de número I está correta.

9. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

I - tem como competência privativa, dentre outras, nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II - ficará suspenso de suas funções, nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal;

III - na vigência do seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções;

IV - pode dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

Analisando-se as asserções acima, podemos afirmar que:

- a) estão corretas apenas as de números I, II e III;
- b) somente as de números I e II estão corretas;
- c) estão corretas apenas as de números II e III;
- d) todas estão corretas.

10. NO PODER JUDICIÁRIO:

I - todos os julgamentos dos seus órgãos serão públicos e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

II - a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes de plantão permanente;

III - a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição;

IV - poderão os Tribunais, quando se tratar de decisões administrativas ou disciplinares, realizar sessões secretas visando a preservar o interesse público e a imagem do magistrado, devendo as decisões ser sempre motivadas e proferidas pelo voto da maioria absoluta dos seus membros.

Analisando-se as assertivas acima, podemos afirmar que:

- a) todas estão corretas;
- b) estão corretas somente as de números II, III e IV;
- c) apenas as de números I, II e III estão corretas;
- d) está correta somente a de número I.

11. NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

I - a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso extraordinário, deverá o recorrente demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, somente podendo o Tribunal recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros;

II - declarada a inconstitucionalidade por omissão na ação direta, por falta de norma regulamentadora da Constituição, será expedida de imediato pela Corte medida para tornar efetiva a norma constitucional, dando-se ciência ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo;

III - as decisões definitivas de mérito proferidas pelo Tribunal nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;

IV - no processo e julgamento das arguições de descumprimento de preceito fundamental, na forma do regimento interno do Tribunal, serão obrigatoriamente admitidas, nos termos da lei, a figura do amicus curiae e o controle de constitucionalidade de leis federais e estaduais revogadas e de leis municipais, em razão do princípio da subsidiariedade.

Analisando-se as asserções acima, podemos afirmar que:

- a) estão corretas apenas as de números I, e III;
- b) somente as de números II e IV estão corretas;

GRUPO I

c) () estão corretas apenas as de números I, III e IV;

d) () todas estão corretas.

12. AS SÚMULAS VINCULANTES:

I - têm por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica;

II - contrariadas por ato administrativo ou decisão judicial, ou que tenham sido indevidamente aplicadas, podem servir de fundamento a reclamação perante o Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, determinando que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso;

III - aplicam-se tanto ao controle difuso como ao controle concentrado de constitucionalidade, sendo que, neste último caso, o efeito vinculante nas ações diretas de inconstitucionalidade fica condicionado, após a publicação do respectivo Acórdão, à aprovação de súmula sobre a matéria, pelo voto de dois terços dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

IV - poderão ser aprovadas, de ofício ou por provocação dos legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade, mediante decisão de dois terços dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Analisando-se as assertivas acima, podemos afirmar que:

a) () todas estão corretas;

b) () estão corretas apenas as de números I, II e IV;

c) () somente as de números II, III e IV estão corretas;

d) () estão corretas apenas as de números I, II e III.

13. O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA:

I - deve zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura;

II - é órgão do Poder Judiciário;

III - pode ter ações contra ele propostas perante o Supremo Tribunal Federal, a que compete processá-las e julgá-las originariamente;

IV - é presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, oficiando perante ele o Procurador-Geral da

República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Analisando-se as asserções acima, podemos afirmar que:

a) () estão corretas apenas as de números I e IV;

b) () todas estão corretas;

c) () estão corretas somente as de números II e III;

d) () apenas as de números I, III e IV estão corretas.

14. O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

I - deve zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público;

II - é presidido pelo Procurador-Geral da República, oficiando perante ele o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

III - pode ter ações contra ele propostas perante o Supremo Tribunal Federal, a que compete processá-las e julgá-las originariamente;

IV - pode rever, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados.

Analisando-se as assertivas acima, podemos afirmar que:

a) () todas estão corretas;

b) () somente as de números I e II estão corretas;

c) () estão corretas apenas as de números I, II e III;

d) () somente estão corretas as de números II, III e IV.

15. O MINISTÉRIO PÚBLICO:

I - tem como funções institucionais, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

II - deve promover a distribuição imediata dos processos;

III - tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;

IV - tem como funções institucionais, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos,

GRUPO I

e, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.

Analisando-se as asserções acima, podemos afirmar que:

- a) () todas estão corretas;
- b) () estão corretas apenas as de números I e III e IV;
- c) () somente as de números II, III e IV estão corretas;
- d) () estão corretas apenas as de números III e IV.

16. EM CONFORMIDADE COM A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA:

I - o Estado, ressalvados os casos nela previstos, somente realizará a exploração direta de atividade econômica quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei;

II - são princípios gerais da atividade econômica, dentre outros, a livre concorrência e a defesa do consumidor;

III - cabe ao Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, exercer, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado;

IV - a saúde, como a educação, é direito de todos e dever do Estado.

Analisando-se as assertivas acima, podemos afirmar que:

- a) () somente as de números I, II e III estão corretas;
- b) () estão corretas apenas as de números II, III e IV;
- c) () todas estão corretas;
- d) () somente estão corretas as de números II e IV.

17. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () O conflito negativo de atribuições entre Membro do Ministério Público Federal no Espírito Santo e Promotor de Justiça do Distrito Federal deve ser dirimido pelo Superior Tribunal de Justiça;

b) () A competência administrativa ou a atribuição para a homologação de promoção de arquivamento de inquérito civil público federal pertence ao Conselho Superior do Ministério Público Federal;

c) () De acordo com o STF, os Órgãos de execução do Ministério Público poderão requisitar

diretamente às Instituições Financeiras oficiais informações e documentos bancários, versando sobre a aplicação de verbas públicas;

d) () O inquérito civil público jamais poderá ser instaurado a partir de representação anônima, ainda que revestida de verossimilhança, dado que a Lei de Improbidade Administrativa determina o indeferimento de plano em tais situações.

18. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () Os atos de improbidade administrativa poderão acarretar a demissão do servidor público federal concursado, a reparação dos danos ao erário e a suspensão dos direitos políticos, cabendo registrar que ações de ressarcimento são imprescritíveis;

b) () Os atos de improbidade administrativa poderão acarretar, entre outros, a perda da função pública e a indisponibilidade dos bens;

c) () Os atos de improbidade administrativa importarão a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens, o ressarcimento ao erário e a cassação dos direitos políticos, sem prejuízo da ação penal cabível;

d) () Os atos de improbidade administrativa não compreendem apenas os que causam prejuízo ao erário, mas os que importam enriquecimento ilícito e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.

19. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () É vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, salvo no caso de empreendimentos a serem executados e explorados, no regime de concessão, que obedecerá à legislação específica;

b) () O ato administrativo deverá ser motivado, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório e quando importem na anulação do contrato administrativo;

c) () Na hipótese de comparecimento à licitação de apenas um interessado, não haverá óbice algum a que lhe seja adjudicado o objeto da licitação, desde que seja habilitado e sua proposta seja julgada regular;

d) () Em havendo empate entre as várias propostas, deverá ser aplicado incontinenti o critério de desempate por sorteio, efetuado em ato, para o qual serão convidados todos os participantes, franqueado o acesso a qualquer cidadão.

GRUPO I

20. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () A Administração Pública no exercício do poder de polícia regulamenta as leis e controla a sua aplicação preventivamente (por meio de ordens, notificações, licenças ou autorizações) ou repressivamente, mediante imposição de medidas coercitivas;
- b) () A discricionariedade está presente em todo e qualquer ato emanado do poder de polícia;
- c) () No exercício regular da autotutela administrativa pode a Administração executar diretamente os atos emanados de seu poder de polícia desde que se utilize da via cominatória, colocada à sua disposição;
- d) () O poder de polícia é sempre exercido com vinculação estrita obedecendo às limitações da lei relativamente à competência, a forma, aos fins, motivos e ao objeto.

21. NA DISPENSA DE UM SERVIDOR, OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA EXONERÁVEL AD NUTUM É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) () Declarado o motivo, este passará a ser vinculante do ato e sua validade e eficácia ficarão na dependência da efetiva existência do motivo declarado;
- b) () Se o servidor alegar a inexistência dos motivos, nulo será o ato praticado;
- c) () Na hipótese desse servidor ter praticado ato de improbidade, se a autoridade que o dispensou da função não elencou o motivo, nulo é o ato praticado;
- d) () Na última hipótese verifica-se a aplicação da teoria dos motivos determinantes.

22. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) () A ocupação é modalidade de limitação administrativa que incide parcialmente sobre a propriedade privada, que se caracteriza pela utilização permanente do imóvel, para fins de interesse público, não ensejando direito à indenização;
- b) () O tombamento é uma manifestação do domínio eminente do Estado, visando à proteção do patrimônio cultural;
- c) () A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pode declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias a implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica;
- d) () O direito de uso de recurso hídrico para fins de derivação ou captação de parcela de água

existente em um corpo hídrico para consumo final está sujeito à outorga pelo Poder Público.

23. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () Os contratos de gestão visando à ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta deverão ter o prazo de duração estabelecido em lei;
- b) () É vedado à Administração Pública realizar dação de bens imóveis em pagamento de suas dívidas;
- c) () O TCU ao apreciar incidente de uniformização de jurisprudência, deixou assentada a possibilidade de participação de empresas em consórcio em licitações para permissões de serviço público;
- d) () Os bens de uso especial integram o domínio privado do Estado, enquanto os bens dominicais integram o domínio público, não podendo ser alienado sem antes serem desafetados de sua destinação pública, por meio de lei ou ato próprio Poder Executivo.

24. AS DENOMINADAS CLÁUSULAS EXORBITANTES:

- I - são lícitas no contrato administrativo, desde que decorrente da lei ou dos princípios que regem a atividade administrativa, porque visam estabelecer uma prerrogativa em favor de uma das partes para o atendimento do interesse público;
- II - permitem à Administração a inoponibilidade da exceptio non adimpleti contractus;
- III - possibilitam a rescisão unilateral do contrato pela Administração;
- IV - impedem a aplicação da cláusula rebus sic stantibus aos contratos administrativos.

ANALISANDO-SE AS PROPOSIÇÕES ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) () somente os itens II e IV estão corretos.
- b) () somente os itens I, II e III estão corretos.
- c) () os itens II, III e IV estão incorretos.
- d) () todos os itens estão corretos.

25. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () A desapropriação por utilidade pública deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente dentro de dois anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará;

GRUPO I

b) () Na hipótese de desapropriação por interesse social o prazo de caducidade é de cinco anos a partir da decretação da medida, sendo que, decorrido um ano, poderá ser o mesmo bem objeto de nova declaração;

c) () Podem os Estados e Municípios desapropriar imóveis rurais para fins de utilidade pública, não, porém para fins de reforma agrária, privativa da União;

d) () Por ser forma originária de aquisição da propriedade, não ficam sub-rogados no valor pago a título de indenização, quaisquer ônus ou direitos reais que recaiam sobre o bem expropriado.

26. ANALISE AS PROPOSIÇÕES E ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () Interesses difusos são aqueles que abrangem número indeterminado de pessoas unidas pelas mesmas circunstâncias de fatos e coletivos aqueles pertencentes a grupos, categorias ou classes de pessoas determináveis, ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

b) () O que caracteriza a concessão patrocinada prevista na Lei de Parcerias Público-Privadas é o seu regime remuneratório, que deve incluir tanto tarifa cobrada aos usuários como contraprestação do concedente em forma pecuniária.

c) () É inviável a constituição de aqueduto para aproveitamento das águas, no interesse público, por meio de concessão por utilidade pública;

d) () Sem prévia autorização do IPHAN, não se pode fazer na vizinhança de coisa tombada construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade nem se pode afixar na referida área anúncios ou cartazes.

27. EM MATÉRIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO:

I - Tratando-se de ato omissivo do poder público a responsabilidade civil por tal ato é subjetiva, pelo que exige dolo ou culpa, esta numa de suas três vertentes: a negligência, a imperícia ou a imprudência, não sendo, entretanto, necessário individualizá-la, dado que pode ser atribuído ao serviço público, de forma genérica, a falta do serviço;

II - A falha do serviço - falta do service dos franceses - dispensa o requisito da causalidade, vale dizer, do nexo de causalidade entre a ação omissiva atribuída ao poder público e o dano causado a terceiro;

III - O legislador constituinte só cobriu o risco administrativo da atuação ou inação dos servidores públicos; não responsabilizou objetivamente a Administração por atos predatórios de terceiros;

IV - Conforme precedente do Supremo Tribunal Federal, a Constituição consagra dupla garantia: uma em favor do particular, possibilitando-lhe ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado que preste serviço público; outra em prol do servidor estatal, que somente responde administrativa e civilmente perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional pertencer.

ANALISANDO-SE AS PROPOSIÇÕES ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:

a) () somente as alternativas I e II estão corretas.

b) () somente as alternativas I, III e IV estão corretas.

c) () todas as alternativas estão corretas.

d) () todas as alternativas estão incorretas.

28. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () Das sanções previstas na Lei n.º 9.605/98 para as infrações administrativas ambientais, somente a multa simples utilizará o critério da responsabilidade com culpa, enquanto as demais sanções utilizarão o critério da responsabilidade sem culpa ou objetiva;

b) () As multas terão sua exigibilidade suspensa se o infrator obrigar-se a realizar medidas para fazer cessar ou corrigir a degradação do meio ambiente, assinar termo de compromisso perante a autoridade e apresentar projeto técnico, quando exigível;

c) () O Ministério Público pode expedir recomendações para a elaboração do Estudo Prévio de Impacto Ambiental ou sua reformulação; para que o órgão público ambiental não expeça a licença, a autorização ou a permissão enquanto o inquérito civil não termine;

d) () A legislação ambiental brasileira consagra o princípio da responsabilidade objetiva, impondo ao poluidor a obrigação de indenizar e/ou recuperar o dano ecológico, independentemente do nexo de causalidade, quando houver multiplicidade de focos emissores.

29. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS E, OUTRAS, VERDADEIRAS.

I - O legislador infraconstitucional não possui total liberdade para definir renda e proventos de qualquer natureza, para fins de tributação por meio do Imposto Sobre a Renda.

II - De acordo com a Constituição, renda e proventos de qualquer natureza devem representar ganhos ou riquezas novas, de forma a atender o princípio da capacidade contributiva.

GRUPO I

III - O CTN, no § 1º do art. 43, ao estatuir que "a incidência do imposto independe da denominação da receita ou rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção", alargou o conceito de renda e o de proventos de qualquer natureza, de modo a permitir que o legislador ordinário altere, para mais, o âmbito de abrangência da exação.

IV - A base de cálculo do Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física - IRPF é a renda bruta do contribuinte.

Das proposições acima:

- a) () as alternativas I e IV são falsas;
- b) () as alternativas I e II são verdadeiras;
- c) () somente a alternativa III é falsa;
- d) () somente a alternativa IV é falsa.

30. LEIA AS PROPOSIÇÕES ABAIXO E ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

I - Dispõe a Constituição que o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza "será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei". Desse enunciado é correto afirmar que o critério da progressividade decorre dos princípios da igualdade e da capacidade contributiva, na medida em que os contribuintes com maiores rendimentos recebam tratamento fiscal mais gravoso que os de pequeno porte econômico.

II - O princípio da capacidade contributiva não possui um significado importante para o IPTU visto que este tributo se caracteriza por ser um imposto real, que abrange o imóvel sem relação com as características pessoais do sujeito passivo.

III - Estabelece expressamente a Constituição Federal que o Imposto Sobre a Renda será progressivo enquanto o Imposto Sobre a Propriedade Imobiliária poderá ser progressivo.

IV - A Constituição traça a previsão de uma dupla progressividade para o IPTU, quais sejam: a) - progressividade em razão do imóvel e b) - progressividade no tempo.

Das proposições acima:

- a) () somente a alternativa I é falsa;
- b) () somente as alternativas I e II são verdadeiras;
- c) () somente a alternativa IV é falsa;
- d) () todas as alternativas são verdadeiras.

31. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA

Em matéria de prescrição e decadência, tendo em vista o que dispõe o § 1º do art. 113 e o inciso V do art. 156, ambos do Código Tributário Nacional, que versam respectivamente sobre: I - o surgimento e extinção da obrigação tributária e; II - extinção do crédito tributário, pode-se afirmar:

- a) () a decadência importa apenas na caducidade da exigibilidade do crédito tributário;
- b) () a prescrição extingue apenas a pretensão que emerge do crédito tributário;
- c) () a prescrição fulmina a pretensão que emerge do crédito tributário e, por conseqüência, extingue, também, o direito (obrigação tributária);
- d) () o prazo para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário é de natureza prescricional.

32. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA

Para o custeio do serviço de iluminação pública, os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir (EC nº 39/2002):

- a) () taxa de iluminação pública;
- b) () contribuição de melhoria;
- c) () imposto que tenha como base de cálculo o valor da fatura de consumo;
- d) () contribuição, facultada sua cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.

33. SEGUNDO AS REGRAS ATUALMENTE VIGENTES, COM RELAÇÃO AOS TRIBUTOS FEDERAIS, ASSINALE A AFIRMATIVA FALSA:

- a) () A compensação de tributos somente poderá ser efetuada com o recolhimento de importância correspondente a imposto, taxa, contribuição federal ou receitas patrimoniais da mesma espécie e destinação constitucional.
- b) () A compensação ou restituição de tributos, a partir de 1º de janeiro de 1996, passou a ser acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do pagamento indevido ou maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.
- c) () É admitida a compensação de créditos do sujeito passivo perante a Secretaria da Receita Federal, decorrentes de restituição ou ressarcimento, com seus débitos tributários relativos a quaisquer tributos ou contribuições sob administração da mesma Secretaria, ainda que não seja da mesma



GRUPO I

espécie nem tenham a mesma destinação constitucional.

d) () O prazo para homologação da compensação declarada pelo sujeito passivo será de cinco anos contados da data da entrega da declaração de compensação.

34. ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

Quando o legislador editou a Lei Complementar nº 118, estava consolidada no STJ a “jurisprudência dos cinco mais cinco”, no que se refere ao prazo prescricional para restituição de tributo sujeito a lançamento por homologação recolhido indevidamente, mormente quando a norma que instituiu a exação fora declarada inconstitucional pelo STF. Assim, naquelas hipóteses em que não se dava a homologação expressa do pagamento do tributo, o termo *a quo*, para efeito da prescrição da pretensão à restituição do indébito, somente iniciaria após o decurso do prazo decadencial para o lançamento (no caso de não ocorrer a homologação).

Estatui a Lei Complementar nº 118/2005:

Art. 3º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após sua publicação, observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, inciso I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Com relação aos processos já ajuizados quando da edição da Lei Complementar nº 118/2005, firmou-se a jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça, quanto à incidência das normas constantes dos artigos 3º e 4º, no sentido de que:

a) () tratando-se de lei interpretativa, aplica-se de imediato aos fatos pretéritos, influenciando, portanto, o julgamento dos processos pendentes, na forma do art. 106, I, do CTN;

b) () é inconstitucional a expressão “quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, inciso I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional”, constante do art. 4º, uma vez que a lei não pode retroagir para ferir direito adquirido;

c) () A referida lei, por ter inovado na ordem jurídica, não se aplica às demandas ajuizadas antes

da sua entrada em vigor (120 dias após a sua publicação).

d) () nenhuma das alternativas acima está correta.

35. ASSINALE A ALTERNATIVA FALSA

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

a) () em face do princípio da territorialidade, não incide sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

b) () não depende da denominação dada ao serviço prestado para efeito de incidência;

c) () não incide sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras;

d) () tem por contribuinte o prestador, e não o tomador do serviço.

36. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO ALGUMAS SÃO VERDADEIRAS E OUTRAS SÃO FALSAS.

I - A Constituição Federal prevê três planejamentos orçamentários: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; e III - o orçamento anual.

II - O plano plurianual deve ser estabelecido em lei complementar. Constitui mera orientação que deve ser respeitada pelo Executivo na execução dos orçamentos anuais e pelo Legislativo, na feitura das leis orçamentárias.

III - A lei de diretrizes orçamentárias tem natureza formal. Não cria direitos subjetivos para terceiros nem tem eficácia fora da relação entre os Poderes do Estado.

IV - A lei orçamentária compreenderá o orçamento de investimento e o custeio das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Das proposições acima:

a) () Há duas assertivas verdadeiras.

b) () Apenas uma assertiva é verdadeira.

c) () Há três assertivas verdadeiras.

d) () Todas as assertivas são verdadeiras.

GRUPO I

37. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () a realização de despesa pública passa por três fases distintas: o empenho, a liquidação e o pagamento. Quando se tratar de obras, serviços e compras, a realização de despesas será precedida de licitação;

b) () o empenho é ato pelo qual se reserva, do total da dotação orçamentária, a quantia necessária ao pagamento. A nota de empenho cria para o credor da administração pública o direito subjetivo ao pagamento, autorizando-o, inclusive, a promover a cobrança do crédito mediante processo de execução, na forma do art. 730 e seguintes do Código de Processo Civil;

c) () o pagamento é a última fase da realização da despesa pública. Precede-o a ordem de pagamento, que é o despacho proferido pelo ordenador da despesa (autoridade legalmente competente para a prática do ato);

d) () é na fase da liquidação que a Administração verifica o direito adquirido pelo credor, tendo por base os documentos comprobatórios da despesa. Examinam-se a conformidade entre o contrato, a nota de empenho e os comprovantes da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço.

38. SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO QUE SE REFERE AOS TRIBUTOS IPI E ICMS, PODE-SE AFIRMAR QUE:

I - o IPI e o ICMS são impostos não-cumulativos, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

II - o IPI e o ICMS serão seletivos apenas com relação aos produtos, mercadorias e serviços definidos em lei complementar;

III - o IPI será seletivo, em função da essencialidade do produto;

IV - o ICMS poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.

Das proposições acima:

a) () Apenas a alternativa I está correta.

b) () Apenas as alternativas I e II estão corretas.

c) () Apenas as alternativas I, III e IV estão corretas.

d) () Apenas as alternativas III e IV estão corretas.

39. EM MATÉRIA DE IMUNIDADE RECÍPROCA, SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () a imunidade recíproca é a que protege as pessoas jurídicas de direito público umas das outras, no que concerne à incidência de qualquer espécie de tributo;

b) () a imunidade recíproca é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a qualquer finalidade;

c) () a imunidade recíproca compreende todos os tributos que incidem sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros;

d) () a imunidade recíproca não compreende os impostos incidentes sobre a produção e a circulação de riquezas (IPI e ICMS).

40. ASSINALDE A ALTERNATIVA INCORRETA:

No que tange às regras que regem as Finanças Públicas, segundo a Constituição Federal:

a) () É de competência de lei complementar dispor sobre: finanças públicas; dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo poder público; e concessão de garantias pelas entidades públicas.

b) () A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central, ao qual é vedado conceder, direta ou indiretamente, empréstimo ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

c) () Em nenhuma hipótese poderá o Banco Central, na medida em que lhe é defeso conceder empréstimo à União, comprar títulos de emissão do Tesouro Nacional.

d) () As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central.



GRUPO II
DIREITO ECONÔMICO E DIREITO DO CONSUMIDOR
DIREITO CIVIL
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41. O ARTIGO 2º DA LEI N. 8.078/90 – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – ESTEBELECE:

Art. 2º. Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

Com base neste dispositivo, é correto afirmar:

a) () a pessoa jurídica consumidora é a aquela que adquire produtos ou serviços destinados ao bom desempenho de sua atividade lucrativa, desde que exista entre ela e seu fornecedor um desequilíbrio que lhe favoreça.

b) () o parágrafo único do art. 2º do CDC visa à proteção e tutela dos interesses coletivos, considerando as categorias de consumidores ou potenciais consumidores de produtos e serviços, ou grupo, classe ou categoria deles, para que seja prevenido, por exemplo, o consumo de produtos ou serviços perigosos ou nocivos.

c) () a acepção coletiva dos interesses ou direitos do consumidor comporta apenas a categoria dos chamados direitos difusos ou coletivos.

d) () o conceito de consumidor constante do CDC apresenta-se insuficiente à indicação dos destinatários de sua proteção, sendo necessário integrar esse conceito ao de fornecedor. Daí a razão da existência de duas correntes doutrinárias definindo o âmbito de aplicação do CDC, quais sejam: a maximalista, segundo a qual o art. 2º do Código deve ser interpretado o mais restritivamente possível; e a finalista do consumo, que envereda por uma interpretação teleológica do art. 2º.

42. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () a responsabilidade civil do fornecedor por danos causados por produtos ou serviços defeituosos é objetiva, tendo em vista que as regras dos artigos 12 e 14 do CDC estabelecem a desnecessidade da presença de elementos subjetivos, dolo ou culpa *stricto sensu*, no suporte fático do fato de consumo.

b) () com relação ao fornecimento de energia elétrica, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que o consumidor,

quando pessoa jurídica de direito público, mesmo inadimplente, não pode ter o fornecimento de energia elétrica interrompido pela concessionária, pois "energia elétrica" é serviço público essencial à população.

c) () entre as causas excludentes da responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço, previstas nos parágrafos 3ºs dos artigos 12 e 14 do Código de Defesa do Consumidor, está a culpa concorrente do consumidor ou de terceiros.

d) () a morte de passageiro decorrente de assalto à mão armada no interior do ônibus acarreta a responsabilidade da empresa concessionária do serviço público, em face do que dispõe o § 1º do art. 14 do CDC:

"§ 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - o modo de seu fornecimento;

II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - a época em que foi fornecido."

43. O ARTIGO 13 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR CONTÉM A SEGUINTE DISPOSIÇÃO:

Art. 13. O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo anterior, quando:

I - o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados;

II - o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador;

III - não conservar adequadamente os produtos perecíveis.

Parágrafo único. Aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso.

Este dispositivo estabelece que a responsabilidade do comerciante é:

GRUPO II

- a) () solidária com o fabricante, construtor, produtor ou importador;
- b) () subsidiária do fabricante, construtor, produtor ou importador;
- c) () solidária e subsidiária do fabricante, construtor, produtor ou importador;
- d) () nenhum das respostas anteriores.

44. OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA POLÍTICA NACIONAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO SÃO:

- a) () princípio da vulnerabilidade do consumidor, princípio da garantia de adequação, princípio da boa-fé nas relações de consumo, princípio da informação e princípio do acesso à justiça.
- b) () princípio da vulnerabilidade do consumidor, princípio da reserva legal, princípio da boa-fé nas relações de consumo, princípio da informação e princípio do acesso à justiça.
- c) () princípio da vulnerabilidade do consumidor, princípio da boa-fé nas relações de consumo, princípio da informação, princípio do acesso à justiça e princípio da anterioridade.
- d) () princípio da vulnerabilidade do consumidor, princípio da reserva legal, princípio da boa-fé nas relações de consumo, princípio da publicidade não abusiva e princípio do acesso à justiça.

45. DISPÕE O INCISO XIII DO ART. 21 DO CDC QUE CARACTERIZA INFRAÇÃO DA ORDEM ECONÔMICA, PREVISTA NO ART. 20 E SEUS INCISOS, "RECUSAR A VENDA DE BENS OU A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DENTRO DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO NORMAIS AOS USOS E COSTUMES COMERCIAIS."

CONSIDERANDO QUE DETERMINADO FABRICANTE DE PERFUME RECUSA-SE VENDER CERTA LINHA DE SEUS PRODUTOS A LOJAS DE DEPARTAMENTO, DANDO PREFERÊNCIA À DETERMINADA REDE DE LOJAS MAIS REFINADAS, SOB ALEGAÇÃO DE QUE PRETENDE ATINGIR O MERCADO CONSUMIDOR DE PRODUTOS SOFISTICADOS AINDA QUE SEUS PRODUTOS TENHAM PREÇOS MODERADOS, É CORRETO AFIRMAR:

- a) () uma vez que o fabricante praticou a conduta prevista na norma do inciso XIII do art. 21, houve a configuração de infração à ordem econômica e está ele sujeito às penas previstas nos artigos 23 e 24 do CDC.
- b) () não há infração à ordem econômica, porquanto embora a conduta do fabricante esteja prevista na norma citada, a venda de apenas uma linha de perfumes a lojas que visam atender o

público consumidor classificado como A e B não é suficiente para dominação de mercado, uma vez que ele é formado, em sua maioria, pelo público classificado como C e D.

c) () a conduta do fabricante constitui infração à ordem econômica, porquanto a Lei n. 8.884/94, ao dispor sobre a repressão às infrações de tal ordem, visa à proteção do consumidor, sendo vedado proceder-se a qualquer tipo de seletividade.

d) () a conduta do fabricante não se caracteriza como infração à ordem econômica, porque ausente o objetivo de prejudicar a livre concorrência e a livre iniciativa, de dominar mercado relevante, de aumentar arbitrariamente os lucros, ou de exercer de forma abusiva posição dominante, mesmo que tais efeitos não tenham sido alcançados.

46. SOBRE O "COMPROMISSO DE CESSAÇÃO" PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) () constitui um corolário do "compromisso de desempenho" previsto no art. 58 da Lei n. 8.884/94.
- b) () constitui título executivo judicial
- c) () é um instrumento de composição de conflitos concorrenciais.
- d) () é um instrumento ajustado em face do reconhecimento da ilicitude da conduta analisada administrativamente.

47. CONSIDERANDO A INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () quando o Estado intervém no domínio econômico praticando "ato econômico", seja direta ou indiretamente, ele se faz empresário, com o intuito de participar da economia de mercado ao lado dos entes particulares com eles concorrendo. Por isso, submete-se às mesmas normas de direito que os particulares, porque também visa, tanto quanto esses, a obtenção de lucros.
- b) () o modelo do Estado liberal admite os princípios de liberdade de iniciativa, liberdade de concorrência e não-intervenção estatal no domínio econômico, desde que a economia esteja organizada e o mercado funcionando equilibradamente.
- c) () o modelo econômico brasileiro, na forma em que previsto no art. 173 e parágrafos da Constituição Federal, é capitalista, fundado na livre iniciativa, mas com previsão da possibilidade de intervenção do Estado na economia.
- d) () o artigo 173, § 4º, da Constituição Federal assevera que deverão ser reprimidas as práticas consistentes em abuso do poder econômico que visem: (i) domínio dos mercados; (ii) eliminação da concorrência; e (iii) aumento arbitrário de lucros. Tal



GRUPO II

norma encerra em *numerus clausus* as hipóteses de abuso do poder econômico.

48. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS E, OUTRAS, VERDADEIRAS

I – A CVM – Comissão de Valores Mobiliários – é uma autarquia em regime especial, encerrando os elementos e características inerentes às agências reguladoras, embora não tenha recebido a designação de “agência”.

II – Todas as empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividades econômicas, além de supervisão do Tribunal de Contas da União, estão jungidas a que o Presidente da República indique os representantes do governo nas assembleias gerais e órgãos administrativos de cúpula de tais sociedades.

III – As sociedades de economia mista exploradoras de atividades econômicas, no que se refere ao cumprimento de seus objetivos sociais, ou seja, de suas atividades econômicas e empresariais, são regidas pelas normas jurídicas do direito privado. Nada obstante, submetem-se ao regime da administração pública para licitação e contratação de mão-de-obra e serviços.

IV – O termo “incorporação” é definido na lei como a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

Das proposições acima:

- a) () nenhuma das alternativas é correta
- b) () todas as alternativas estão corretas
- c) () somente as alternativas I, III e IV estão corretas
- d) () somente as alternativas I, II e IV estão corretas

49. CONSIDERANDO O CONSUMIDOR NO DIREITO DE CONCORRÊNCIA, É CORRETO AFIRMAR:

I – A Lei de Defesa da Concorrência, ao dispor que “a coletividade é a titular dos bens jurídicos protegidos” (art. 1º, parágrafo único), elegeu o consumidor como alvo de sua proteção.

II – A Política Nacional das Relações de Consumo, não obstante ter por objetivo atender as necessidades dos consumidores, busca compatibilizar a proteção e os interesses destes com a necessidade de desenvolvimento econômico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica insculpidos no art. 170, da Constituição Federal.

III – A atual lei brasileira de concorrência, na qual predomina o sistema intervencionista, típico das comunidades européias, é calcado na proteção do consumidor.

IV – “Livre concorrência” e “livre iniciativa” são conceitos constitucionais suplementares e informam as relações jurídicas havidas entre o Estado e o particular.

- a) () as alternativas I e II estão corretas
- b) () as alternativas II e III estão incorretas
- c) () nenhuma das alternativas é correta
- d) () as alternativas I e IV estão incorretas

50. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA.

I – O Cade - Conselho Administrativo de Defesa Econômica -, segundo a Lei n. 8.884/90, é uma autarquia.

II – A prescrição das infrações da ordem econômica interrompe-se por ato administrativo e judicial que tenha por objeto a apuração da infração.

III – As mudanças de controle acionário de companhias abertas e os registros de fusão devem ser comunicadas à SDE – Secretaria de Direito Econômico.

IV – Compete ao Procurador-Geral da República designar membro do Ministério Público Federal para, nesta qualidade, officiar nos processos sujeitos à apreciação do Cade.

- a) () somente as alternativas I e II estão corretas.
- b) () somente a alternativa IV está errada.
- c) () somente a alternativa III está errada.
- d) () todas as alternativas estão corretas.

51- NOS TERMOS DO INCISO I, DO ART. 1.799, DO CÓDIGO CIVIL, “NA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA, PODEM AINDA SER CHAMADOS A SUCEDER OS FILHOS, AINDA NÃO CONCEBIDOS, DE PESSOAS INDICADAS PELO TESTADOR, DESDE QUE VIVAS ESTAS AO ABRIR-SE A SUCESSÃO”. DESSE PRECEITO NORMATIVO, DECORREM OS ENUNCIADOS SEQUINTE, QUE PODEM SER FALSOS OU VERDADEIROS:

I- Se por “filho ainda não concebido” o testador indicar o que vier a nascer de si mesmo, a cláusula testamentária será nula;

II- Se a pessoa indicada no testamento não mais estiver viva no momento da abertura da sucessão do testador, dar-se-á a ruptura do testamento, neste tocante.

GRUPO II

III- Se a pessoa indicada no testamento não mais estiver viva no momento da abertura da sucessão do testador, serão chamados à contemplação testamentária os herdeiros necessários daquele beneficiário pré-morto;

IV- Se "o filho ainda não estiver concebido", mas vivos se encontrarem seus pais, estabelecer-se-á um *fideicomisso* sobre a herança ou o legado.

Do exame dos enunciados acima,

- a) () são verdadeiros o I e o III;
- b) () são verdadeiros o II e o III;
- c) () são verdadeiros o II e IV;
- d) () são verdadeiros o III e o IV.

52- O ART. 1.572, DO CÓDIGO CIVIL DE 1916, ASSIM ESTAVA CONCEBIDO: "ABERTA A SUCESSÃO, O DOMÍNIO E A POSSE DA HERANÇA TRANSMITEM-SE, DESDE LOGO, AOS HERDEIROS LEGÍTIMOS E TESTAMENTÁRIOS". O CÓDIGO CIVIL DE 2002, EVITOU, EM SEU ART. 1.784, ALUDIR À EXPRESSÃO POSSE, CONCEBENDO DA SEGUINTE FORMA O PRECEITO: "ABERTA A SUCESSÃO, A HERANÇA TRANSMITE-SE, DESDE LOGO, AOS HERDEIROS LEGÍTIMOS E TESTAMENTÁRIOS". À LUZ DA REDAÇÃO ATUAL, ESTÁ O INTÉRPRETE AUTORIZADO, PELA MELHOR DOUTRINA, A CONCLUIR:

I- que a *posse* dos herdeiros, legítimos e testamentários, não precisaria ser especialmente regrada no art. 1.784, do Código, por emergir da expressão "*exercício dos poderes inerentes à propriedade*", que a qualidade de "*legitimados à herança*" àqueles (*herdeiros*) confere.

II- que os herdeiros, legítimos ou testamentários, tendo em vista a redação do art. 1.784 do Código Civil, não podem ser havidos por *continuadores* do falecido, tanto no seu *ius possessionis*, quanto no seu *ius possidendi*;

III- que, no sistema do direito positivo brasileiro, os herdeiros, legítimos e testamentários, não são, imediatamente, *continuadores da posse* do falecido, mas o são da *herança*, com efeitos *ex tunc*;

IV- que o *princípio da saisina*, embora traduza a *posse*, tal como definida no art. 1.196, do Código Civil, informa a denominada *possessio naturalis*, ante a ausência da *possessio corporalis*.

Do exame dos enunciados acima,

- a) () apenas são verdadeiros o I e o II;
- b) () apenas são verdadeiros o I e o III;
- c) () apenas são verdadeiros o II e III;

d) () apenas são verdadeiros o II e o IV.

53- LEIA COM ATENÇÃO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

I. A distinção entre a *cláusula penal moratória* e a *cláusula penal compensatória* está em que, na primeira, dá-se a denominada *mora "ex re"*, enquanto, na segunda, a *mora "ex persona"*, pois, sendo *compensatória* essa última, leva-se em conta, para o *efeito reparatório do dano*, o *fato objetivo* do inadimplemento contratual;

II. O *aviamento* (expressão vernacular a que corresponde, no direito anglo-saxônico, a locução "*goodwill of a trade*"), traduzindo o valor de um negócio medido em termos de freguesia e reputação, não integra o "*complexo de bens*" que, na forma do art. 1.142 do Código Civil, define o *estabelecimento*;

III. Um dos exemplos de *contrato consigo mesmo* é o *mandato em causa própria*;

Dentre as proposições acima:

- a) () apenas estão corretas a I e a II;
- b) () apenas estão corretas a I e a III;
- c) () apenas estão corretas a II e a III;
- d) () nenhuma das proposições é correta.

54- LEIA COM ATENÇÃO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

I- A *inexecução da obrigação*, quando repouse no chamado *inadimplemento absoluto*, confunde-se com o *inadimplemento moratório*;

II- O Código Civil, na definição de título de crédito, contida no art. 887, apartou-se da teoria clássica, delineada por Cesare Vivante;

III- Num contrato de mútuo com garantia hipotecária, a obrigação de restituir a coisa qualifica-se como *propter rem*.

Dentre as proposições acima:

- a) () apenas estão corretas a I e a II;
- b) () apenas estão corretas a I e a III;
- c) () apenas estão corretas a II e a III;
- d) () nenhuma das proposições é correta.

55- LEIA COM ATENÇÃO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

I- Segundo doutrina e jurisprudência prevalentes, em caso de separação judicial, não é válida a cláusula de *promessa de doação*, por não conferir ao beneficiário direito subjetivo ao cumprimento judicial da liberalidade;



GRUPO II

II- O Código Civil, no art. 1.158 e seus §§, adotou o *princípio da veracidade na firma ou denominação social*;

III- A *propriedade em planos horizontais* é a que, no vigente Código Civil, vem tratada, nos arts. 1.331 e seguintes, sob a denominação de "*condomínio edilício*".

Dentre as proposições acima:

- a) () apenas estão corretas a I e a II;
- b) () apenas estão corretas a I e a III;
- c) () apenas estão corretas a II e a III;
- d) () nenhuma das proposições é correta.

56- LEIA COM ATENÇÃO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

I- Nos termos da doutrina prevalente, a *herança* é uma *universalidade de direito* e não uma *universalidade de fato*;

II- As *obrigações alternativas* se resumem, em verdade, em *obrigações facultativas*;

III- É correto afirmar não alcançarem os arts. 1.033 e seguintes do Código Civil a chamada *dissolução parcial da sociedade*.

Dentre as proposições acima:

- a) () apenas estão corretas a I e a II;
- b) () apenas estão corretas a I e a III;
- c) () apenas estão corretas a II e a III;
- d) () nenhuma das proposições é correta.

57- LEIA COM ATENÇÃO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

I- Não se admite obrigação alternativa nas condutas de *non facere*.

II- Recebe, também, o nome de "*depósito irregular*" o "*depósito necessário*", que se faz no desempenho de obrigação legal, por não configurar típico acordo de vontades.

III- Segundo o novo Código Civil, no contrato de seguro de vida, o suicídio é sempre indenizável, salvo a hipótese de o segurado vir a suicidar-se nos dois primeiros anos de vigência inicial do contrato.

Dentre as proposições acima:

- a) () apenas estão corretas a I e a II;
- b) () apenas estão corretas a I e a III;
- c) () apenas estão corretas a II e a III;
- d) () nenhuma das proposições é correta.

58- LEIA COM ATENÇÃO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

I- Tratando-se de aquisição "*a non domino*", o título é ineficaz *pleno iure*, não podendo esse adquirente opor a validade de sua aquisição contra o *verus dominus*, nem contra o terceiro que sustente pretensão de direito à mesma propriedade;

II- A regra do art. 397 do Código Civil não alcança as *obrigações de não fazer*.

III- A doutrina distingue o *instrumento* do *documento*. Segundo essa distinção, *instrumento* é o escrito, particular ou público, produzido pelas partes contratantes ou a pedido dessas, *ad solemnitatem*, seja essa exigência *legal* ou *consensual*; nesse conceito, não interessa a finalidade *ad probationem*.

Dentre as proposições acima:

- a) () apenas estão corretas a I e a II;
- b) () apenas estão corretas a I e a III;
- c) () apenas estão corretas a II e a III;
- d) () nenhuma das proposições é correta.

59- LEIA COM ATENÇÃO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

I- Pela tradição *longa manu*, opera-se a transferência da *posse*, havendo, entretanto, uma alteração do elemento subjetivo de quem exerce o poder de fato sobre a coisa: o adquirente do bem, que, na qualidade de detentor, tinha, antes, a *affectio tenendi*, passa, agora, a ter o *animus rem sibi habendi*;

II- Pela tradição *brevi manu*, opera-se a transferência da *posse*, havendo, entretanto, uma alteração do elemento subjetivo de quem exerce o poder de fato sobre a coisa: o alienante, que antes era possuidor, despe-se do *animus rem sibi habendi* para ostentando apenas a *affectio tenendi*, figurar, já agora, como mero detentor da coisa;

III- Segundo doutrina prevalente, no tema do instituto da *locação*, não pode haver *imóvel rústico* dentro das denominadas "*áreas metropolitanas*".

Dentre as proposições acima:

- a) () apenas estão corretas a I e a II;
- b) () apenas estão corretas a I e a III;
- c) () apenas estão corretas a II e a III;
- d) () nenhuma das proposições é correta.

60- LEIA COM ATENÇÃO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

I- Em se tratando de hipótese de interrupção da prescrição, nas obrigações indivisíveis, havendo

GRUPO II

pluralidade de devedores, sem que, todavia, ocorra a solidariedade passiva, interrompida a prescrição contra um devedor, não se assegura, só por isso, o mesmo efeito contra o outro devedor;

II- Os alimentos pagos a maior não podem ser objeto de repetição, dado constituírem-se em *obrigação natural*;

III- Doutrina autorizada entende que, legado determinado imóvel a pessoa incapaz de ser nomeada herdeira ou legatária, o testamento não será nulo, mas a respectiva porção poderá ser acrescida ao quinhão dos demais legatários, ocorrendo essa pluralidade.

Dentre as proposições acima:

- a) () apenas estão corretas a I e a II;
- b) () apenas estão corretas a I e a III;
- c) () apenas estão corretas a II e a III;
- d) () nenhuma das proposições é correta.

61- LEIA COM ATENÇÃO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

I- A vetusta *servidão de aqueduto* (de "*aquae ductus*") não mais pode ser incluída no capítulo das *servidões prediais*, por isso que constitui matéria exclusiva dos "*direitos de vizinhança*";

II- Segundo ponto de vista unânime dos tratadistas, o atual direito positivo aboliu a distinção entre *adoção simples* e *adoção plena*; a *adoção post mortem*, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, constitui, entretanto, reminiscência da *adoção simples*;

III- A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não admite que o beneficiário do seguro de acidente de trabalho, que recebera o benefício, intente ação de indenização contra o empregador.

Dentre as proposições acima:

- a) () apenas estão corretas a I e a II;
- b) () apenas estão corretas a I e a III;
- c) () apenas estão corretas a II e a III;
- d) () nenhuma das proposições é correta.

62- LEIA COM ATENÇÃO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

I- Segundo doutrina indiscrepante, *comistão* e *confusão* são institutos distintos: ambas são formadas pela mistura de coisas pertencentes a diferentes donos, sem que se possam separar, mas, na segunda, as coisas misturadas são líquidas;

II- O *fideicomisso* pode ser considerado hipótese de *propriedade resolúvel*;

III- O jogo e a aposta são exemplos clássicos do que se convencionou denominar "*manifestação unilateral de vontade*", porque suas cláusulas sempre são pré-estabelecidas pelo estipulante, sem interferência do aceitante;

Dentre as proposições acima:

- a) () apenas estão corretas a I e a II;
- b) () apenas estão corretas a I e a III;
- c) () apenas estão corretas a II e a III;
- d) () nenhuma das proposições é correta.

63- LEIA COM ATENÇÃO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

I- O "*primeiro ladrão*", ou seja, o que furtara a coisa do *verus dominus*, tem ação possessória contra o "*segundo ladrão*", aquele que lhe furtou a mesma coisa;

II- O direito positivo brasileiro, no tema dos registros imobiliários, adotou o modelo tradicional lusitano, não se filiando quer ao sistema francês quer ao sistema germânico;

III- Entre os ascendentes, a responsabilidade dos avós, no prestar alimentos aos netos, é sucessiva e complementar da responsabilidade do genitor.

Dentre as proposições acima:

- a) () apenas estão corretas a I e a II;
- b) () apenas estão corretas a I e a III;
- c) () apenas estão corretas a II e a III;
- d) () nenhuma das proposições é correta.

64- LEIA COM ATENÇÃO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

I- Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a morte do passageiro, em caso de assalto no itinerário do ônibus, não exclui a responsabilidade civil do transportador;

II- A morte do mandante extingue o mandato, ainda que esse tiver sido conferido em caráter irrevogável e irretroatável;

III- Não é possível o usufruto de bens incorpóreos.

Dentre as proposições acima:

- a) () apenas estão corretas a I e a II;
- b) () apenas estão corretas a I e a III;
- c) () apenas estão corretas a II e a III;
- d) () nenhuma das proposições é correta.



GRUPO II

65- LEIA COM ATENÇÃO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

I- O regime hipotecário moderno assenta-se em dois grandes princípios, o da *especialização* e da *publicidade*. O *princípio da especialização* pressupõe o da *indivisibilidade*, pelo que o ônus real grava a coisa na sua totalidade e em todas as suas partes, pouco importando que venha a ser dividida ou que a dívida venha a ser amortizada;

II- O imóvel hipotecado pode ser objeto de usucapião, sem que subsista o ônus real no novel adquirente, mas, para tanto, mister se faz que tenha ocorrido a prescrição do crédito, ensejando a *usucapio libertatis*;

III- Historicamente, proibiu-se, sempre, a cumulação do *juízo petitório* com o *possessório*; entretanto, admitir-se-á a *exceptio domini*, segundo a jurisprudência pátria, quando a posse for disputada pelos litigantes a título de propriedade, ou quando duvidosa entre aqueles que a pretendem.

Dentre as proposições acima:

- a) () apenas estão corretas a I e a II;
- b) () apenas estão corretas a I e a III;
- c) () apenas estão corretas a II e a III;
- d) () nenhuma das proposições é correta.

66. EXAMINE AS AFIRMAÇÕES A SEGUIR E ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () Em evicção, ainda que o alienante não atenda à denúncia à lide promovida, não pode o adquirente abandonar a causa, deixando de contestar a demanda, ainda que seja manifesta a procedência da evicção.

b) () Pode D, devedor principal, em ação de cobrança movida contra ele por A, chamar ao processo E, seu fiador.

c) () A relação que existe entre a demanda de declaração referente à relação jurídica fundamental e a de imposição de uma obrigação decorrente dela é de identidade.

d) () Pode a União, alegando mero interesse econômico, e independentemente da alegação de eventual interesse jurídico, intervir em causa envolvendo apenas particulares, podendo mesmo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria.

67. CONSIDERANDO AS ASSERTIVAS SEQUENTES, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () A sumarização da cognição, no direito brasileiro, somente se concretiza mediante a técnica de limitar a matéria suscetível de exame pelo juiz.

b) () No entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é necessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais.

c) () O exato significado de tutela jurisdicional resulta da análise do fenômeno processual do ângulo de quem tem razão.

d) () A sentença condenatória só produz, como efeito anexo, a hipoteca judiciária se na condenação já estiver estabelecido o *quantum debeatur*

68. A RESPEITO DAS AÇÕES COLETIVAS, É CERTO DIZER QUE:

a) () A tutela de interesses individuais homogêneos, nos termos do entendimento atualmente esposado pelo Superior Tribunal de Justiça, não pode ser promovida pelo Ministério Público

b) () A competência para a ação coletiva é determinada pelo local do dano, sendo que, em relação a danos nacionais, admite a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça a propositura da ação em qualquer foro, desde que federal

c) () A ação coletiva será processada perante o juízo estadual do lugar do dano, ainda quando seja parte no processo a União, desde que o local não seja sede de vara federal.

d) () A ação coletiva pode prestar-se para o reconhecimento incidental de inconstitucionalidade

69. ANALISE AS SEQUENTES AFIRMAÇÕES E ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () A circunstância de o juiz ter participado do julgamento rescindendo não o impede de participar do julgamento da ação rescisória

b) () Ao contrário do que ocorre no recurso de agravo, quando se trata de recurso de apelação é sempre vedada a reconsideração do provimento jurisdicional impugnado pelo seu prolator

c) () compete ao Supremo Tribunal Federal a concessão de *exequatur* a cartas rogatórias estrangeiras, oriundas de países externos ao Mercosul

d) () A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes

70. EXAMINE AS SEQUENTES ASSERTIVAS E ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () Os créditos de natureza alimentar, devidos pela Fazenda Pública, dispensam a expedição de

GRUPO II

precatório requisitório, ainda quando excedam o limite de sessenta salários mínimos

b) () Na antecipação de tutela, os efeitos irreversíveis podem surgir quer no caso de conceder-se, quer no de negar-se a antecipação.

c) () Quando o recurso especial fundar-se em dissídio jurisprudencial, a prova da divergência deve ser feita mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente, vedada a indicação de decisões disponíveis em mídia eletrônica.

d) () A liquidação por artigos deve observar, no que couber, o procedimento ordinário, de modo que da decisão que a julga cabe o recurso de apelação.

71. EM RELAÇÃO ÀS TUTELAS PRESTADAS PELO PROCESSO, ASSINALE A FALSA:

a) () a tutela inibitória é importante para impedir a prática de ato violador de norma de proteção a direito fundamental;

b) () a tutela específica é um gênero no qual estão inseridas várias formas de tutela dos direitos, como, por exemplo, a tutela inibitória;

c) () para a concessão da tutela inibitória basta a ameaça da prática de ato contrário ao direito;

d) () para a concessão de tutela antecipatória, em ação coletiva voltada a retirar do mercado produto proibido de ser comercializado, é necessária a probabilidade de dano à saúde.

72. CONTRA ACÓRDÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE, AO JULGAR AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE NÃO ADMITE RECURSO ESPECIAL, CONFERE À LEI INTERPRETAÇÃO DIFERENTE DA QUE LHE HAJA DADO OUTRA TURMA DO MESMO TRIBUNAL:

a) () não cabem embargos de divergência

b) () cabem embargos de divergência, desde que a opinião da "outra turma" seja atual e que ela ainda possua competência para apreciar aquele tipo de matéria

c) () cabe recurso extraordinário, fundado em negativa de vigência da regra que estabelece o agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial

d) () cabem embargos infringentes, desde que a decisão em questão tenha sido proferida por maioria de votos

73. EXAMINE AS SEGUINTE AFIRMAÇÕES E ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () O prazo para a interposição de recurso extraordinário é contado em dobro, ainda quando apenas um dos litisconsortes com distinto patrono haja sucumbido

b) () A declaração de inconstitucionalidade de lei que fundamentou título judicial não exclui a exigibilidade deste.

c) () A sentença homologatória de transação somente constitui título executivo judicial na parte que inclua a matéria posta em juízo

d) () Mesmo sendo simples e não composto, o objeto do processo pode dar lugar a um julgamento complexo.

74. QUANTO AOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS, É CORRETO AFIRMAR:

a) () são pressupostos de existência do processo: a presença de partes, o órgão jurisdicional e uma pretensão

b) () são pressupostos de validade do processo: a capacidade das partes, a competência e imparcialidade do juiz e a procedência da pretensão

c) () os pressupostos processuais devem ser alegados pela parte, quando de sua defesa, sob pena de preclusão

d) () faltando um pressuposto processual, o juiz pode continuar analisando o processo, se entender que esta falta não gera prejuízo às partes, segundo os princípios da economia processual e da instrumentalidade do processo

75. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () proposta ação de cobrança, pode o réu reconvir ao autor, pedindo a declaração judicial de inexistência da dívida postulada

b) () A redução da área das questões suscetíveis de cognição passa-se no plano vertical, enquanto que as limitações à intensidade na busca da verdade e do esclarecimento convincente e completo, no plano horizontal.

c) () se, no rito ordinário, o réu não oferecer contestação no momento oportuno, será considerado revel, ainda que posteriormente venha a participar do processo

d) () em razão do princípio da ampla defesa, em sendo revel o réu, cumpre ao juiz nomear-lhe curador especial, ainda que tenha havido defesa apresentada por outro litisconsorte passivo

GRUPO II

76. CONSIDERE AS SEGUINTESS ASSERTIVAS:

I – um documento é autêntico se sua autoria é certa, ainda que falso seja seu conteúdo

II – a confissão tem força de presunção legal absoluta

III – quando o direito material exige, como da substância do ato, a prova documental, nenhuma outra prova, nem mesmo a confissão, pode suprir-lhe a falta.

Em vista destas afirmações, é correto dizer que:

- a) () somente as alternativas I e II estão corretas
- b) () somente as alternativas I e III estão corretas
- c) () somente as alternativas II e III estão corretas
- d) () nenhuma das alternativas está correta

77. SOBRE A COISA JULGADA, PODE-SE DIZER QUE:

a) () por conta de seu aspecto negativo, incide sobre o fundamento, tornando-o indiscutível

b) () permite revisão a qualquer tempo, desde que em razão de argumento não utilizado na primeira demanda, ainda que então existente

c) () em sua dimensão objetiva, a coisa julgada atinge a análise de questão prejudicial quando, no rito sumário, a parte intentar ação declaratória incidental

d) () não incide ela nas sentenças proferidas em ação coletiva, de improcedência por falta de provas

78. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () a desistência da execução independe da concordância do devedor, ainda quando este tenha oposto embargos à execução

b) () a oposição dos embargos acarretam a suspensão de toda a execução, mesmo em relação à parte incontroversa, no caso em que eles versem sobre excesso de execução.

c) () a execução de títulos judiciais deverá tramitar perante o juízo que processou a causa em primeiro grau, podendo, todavia, o credor optar pelo juízo do local em que se encontrem os bens sujeitos à expropriação ou ainda pelo domicílio do executado

d) () a execução provisória, no atual regime, não admite impugnação, mesmo porque ela não pode gerar efeitos satisfativos

79. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () segundo entende a jurisprudência, a tutela antecipada nunca pode ser concedida quando gerar efeitos irreversíveis

b) () O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores à decretação da prisão do réu e as que lhe forem posteriores

c) () Admitem-se embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda de compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido de registro

d) () Os embargos à execução serão sempre julgados pelo juízo em que tramita a execução

80. EXAMINE AS AFIRMAÇÕES A SEGUIR E ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () Cabe recurso de agravo interno da decisão do relator que indefere antecipação de tutela recursal em agravo de instrumento

b) () Nas desapropriações indiretas, os juros moratórios contam-se a partir da data da efetiva imissão na posse

c) () no concurso singular de credores, ressalvadas as preferências legais, tem prioridade no pagamento aquele que figura como autor da execução em que ocorreu a venda do bem penhorado, recebendo, posteriormente, os demais credores, segundo a ordem de suas penhoras

d) () Ainda quando, na inicial, o autor formule pedido de multa coercitiva, arbitrando desde logo seu valor, pode o juiz fixar outro meio coercitivo ou mesmo impor a multa em valor distinto daquele solicitado pelo requerente

GRUPO III
DIREITO ELEITORAL
DIREITO PENAL
DIREITO PROCESSUAL PENAL

81. CONSIDERANDO AS SEQUITES ASSERTIVAS:

I – O eleitor brasileiro residente no exterior poderá votar em candidatos a deputado federal, a senador e a presidente da República se tiver requerido inscrição até cento e cinquenta e um dias antes do dia da eleição;

II – O domicílio eleitoral é necessariamente o lugar em que o eleitor reside e tem seu domicílio fiscal;

III – Enquanto durarem os efeitos de condenação criminal transitada em julgado por crime de peculato, os direitos políticos ficam suspensos;

Pode-se afirmar que:

- a) () todas estão erradas
- b) () apenas I está certa
- c) () apenas II está certa
- d) () apenas III está certa

82. CONSIDERANDO AS SEQUITES ASSERTIVAS:

I – O voto é obrigatório para maiores de dezesseis anos, se conscritos;

II – O plebiscito, o referendo e as leis de iniciativa popular são as únicas formas de soberania popular previstas na Constituição da República;

III – O brasileiro naturalizado pode ser candidato a Deputado Federal, mas não pode ser candidato a Senador;

Pode-se afirmar que:

- a) () todas estão erradas
- b) () apenas I não está errada
- c) () apenas II não está errada
- d) () apenas III não está errada

83. CONSIDERANDO AS SEQUITES ASSERTIVAS:

I – Os eleitores portadores de necessidades especiais inscritos em seções especiais, devem comunicar ao juiz eleitoral suas restrições e necessidades até trinta dias antes das eleições, a fim de que a Justiça Eleitoral, se possível, providencie os meios e recursos destinados a facilitar-lhes o exercício do voto;

II – A fraude no alistamento eleitoral, mesmo se não alegada antes, constitui motivo suficiente para a impugnação da urna;

III – A fiscalização dos sistemas informatizados utilizados nas urnas eletrônicas é realizada com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil;

Pode-se afirmar que:

- a) () I e II estão certas
- b) () I e III estão certas
- c) () II e III estão certas
- d) () todas estão certas

84. CONSIDERANDO AS SEQUITES ASSERTIVAS:

I – Os juizes eleitorais, no exercício do poder de polícia, podem impor diretamente multas pecuniárias por descumprimento de regras pertinentes à propaganda eleitoral;

II – As consultas respondidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, se formuladas por autoridade com jurisdição federal, vinculam as instâncias inferiores;

III – Os recursos eleitorais, salvo expressa disposição em contrário, não impedem a imediata execução das decisões recorridas.

Pode-se afirmar que

- a) () I e II estão erradas
- b) () I e III estão erradas
- c) () II e III estão erradas
- d) () todas estão erradas

85. O RITO DA AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO (CONSTITUIÇÃO, ART. 14, § 10º) É O PREVISTO NO:

- a) () Código de Processo Civil (Lei 5.869, de 1973)
- b) () Lei de Inelegibilidade (Lei Complementar 64, de 1990)
- c) () Lei das Eleições (Lei 9.504, de 1997)
- d) () Lei da Improbidade Administrativa (Lei 8.492, de 1992)



GRUPO III

86. CONSIDERANDO AS SEGUINTESS ASSERTIVAS:

I – Os Tribunais Regionais Eleitorais podem decidir as ações em que se discute inelegibilidade de candidato sem a presença de todos os seus membros;

II – Entre as condições de elegibilidade inclui-se a prova de que o candidato teve aprovadas suas contas relativas ao exercício de cargo ou função pública;

III – Os juízes eleitorais podem negar registro de candidatos, mesmo que tal pedido não tenha sido impugnado.

Pode-se afirmar que:

- a) () I e II estão certas
- b) () I e III estão certas
- c) () II e III estão certas
- d) () todas estão certas

87. CONSIDERANDO AS SEGUINTESS ASSERTIVAS:

I – Não se admite propaganda eleitoral em lojas, igrejas, clubes e estádios de futebol;

II – O juiz eleitoral designado para acompanhar a propaganda eleitoral no rádio e na televisão pode impedir sua veiculação quando verificar, previamente, que a mesma ofende a honra de outro candidato ou contém imagens externas;

III – A propaganda eleitoral na imprensa escrita não sofre restrições, mas seus autores podem ser responsabilizados pelos abusos e excessos cometidos.

Pode-se afirmar que:

- a) () I e II estão erradas
- b) () I e III estão erradas
- c) () II e III estão erradas
- d) () todas estão erradas

88. CONSIDERANDO AS SEGUINTESS ASSERTIVAS:

I – O Recurso contra a Expedição do Diploma pode se fundar em inelegibilidade decorrente de parentesco mesmo se essa não tiver sido argüida por ocasião do registro;

II – O Presidente e o Vice-Presidente da República, em campanha de reeleição, podem utilizar transporte oficial, devendo, entretanto, ressarcir tais despesas;

III – O ocupante de residência oficial poderá, no seu interior, gravar mensagens para a propaganda

eleitoral, desde que não se utilize de imagens externas do local ou que a ele se refira;

Pode-se afirmar que:

- a) () todas estão certas
- b) () apenas I está errada
- c) () apenas II está errada
- d) () apenas III está errada

89. CONSIDERANDO AS SEGUINTESS ASSERTIVAS:

I – O artigo 41-A da Lei das Eleições visa proteger a vontade do eleitor;

II – A ação de impugnação do mandato eletivo tem por finalidade assegurar a lisura das eleições;

III – O Ministério Público Eleitoral não tem legitimidade para propor a representação prevista no artigo 96 da Lei 9.504, de 1997;

Pode-se afirmar que:

- a) () todas estão certas
- b) () apenas I não está certa
- c) () apenas II não está certa
- d) () apenas III não está certa

90. PARA CARACTERIZAÇÃO DA CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO DESCRITA NO ARTIGO 41-A DA LEI DAS ELEIÇÕES É NECESSÁRIO:

a) () aferir a potencialidade da conduta e a participação do candidato;

b) () aferir a potencialidade da conduta e se o fato ocorreu entre o pedido de registro e o dia das eleições;

c) () aferir se fato ocorreu entre o pedido de registro e o dia das eleições e a participação do candidato

d) () aferir a participação do candidato, a potencialidade da conduta e se o fato ocorreu entre o pedido de registro e o dia das eleições.

91 - NO DELITO DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA:

a) () o elemento subjetivo do tipo é o dolo genérico, pois a Lei nº 9983, de 2000, art. 3º, limitou-se a transmutar a base legal da imputação do ilícito capitulado na Lei nº 8212, de 1991, art. 95, "d", para o Código Penal, art. 168 – A;

b) () o sujeito ativo é o responsável pela contabilidade da empresa, ainda que trabalhe no seu próprio escritório ou domicílio profissional;

GRUPO III

c) () à semelhança da apropriação indébita comum exige, para a sua configuração, o *animus sidi habendi*;

d) () deu-se o surgimento de um modelo legal de crime inteiramente novo, com o acréscimo, ao Código Penal, do art. 168 – A, que, assim, afastou uma possível continuidade típica entre as Leis sob nº(s) 8212, de 1991, art. 95, “d”, e 9983, de 2000, art. 3º.

92 - NA APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE, O AUMENTO DECORRENTE DO CONCURSO FORMAL OU DO CRIME CONTINUADO INCIDE:

a) () sobre a pena base;

b) () sobre a pena acrescida de causa especial de aumento da pena ou de circunstância qualificadora;

c) () sobre a pena mais grave, dentre as cominadas aos delitos cometidos, depois de aumentada de um sexto até metade;

d) () sobre o cúmulo das penas cominadas aos delitos perpetrados.

93 - X SUBTRAIU UMA MOTO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF -, EMPREGANDO, PARA TANTO, VIOLÊNCIA CONTRA J, SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA GUARDA DOS MÓVEIS PERTENCENTES À MENCIONADA EMPRESA PÚBLICA, QUE, POR OCASIÃO DO FATO, ENCONTRAVAM-SE NO DEPÓSITO DE SUA AGÊNCIA DE Nº 435, SITUADA NO MUNICÍPIO DE PORTO REAL DO COLÉGIO, ESTADO DE ALAGOAS. CIENTE DA INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL, A REQUERIMENTO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF -, X COMPARECEU AO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL E, PERANTE A AUTORIDADE INCUMBIDA DE CONDUZIR AS INVESTIGAÇÕES, CONFESSOU ESPONTANEAMENTE A AUTORIA. NO DIA SEGUINTE À CONFISSÃO, ANTES, PORTANTO, DE RECEBIDA A DENÚNCIA, X PROCUROU O GERENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF -, QUE, NESSA QUALIDADE, RECEBEU, DELE, A MOTO SUBTRAÍDA E MAIS A IMPORTÂNCIA DE R\$ 100,00 (CEM REAIS), SUFICIENTE PARA COBRIR O DESGASTE SOFRIDO PELA COISA, EM DECORRÊNCIA DO USO INDEVIDO. EM TAIS CONDIÇÕES, X:

a) () terá a pena mitigada por força da confissão espontânea, que é circunstância atenuante (CP, art. 65, III, “d”), e do arrependimento posterior (CP, art. 16);

b) () terá a pena reduzida por força do arrependimento ou da reparação do dano, que tem a

feição de circunstância atenuante (CP, art. 65, III, “b”), e do arrependimento posterior (CP, art. 16);

c) () terá a pena reduzida por força do arrependimento ou da reparação do dano e da confissão espontânea, que são circunstâncias atenuantes (CP, art. 65, III, “b” e “d”), e do arrependimento posterior (CP, art. 16);

d) () não será alcançado pelo arrependimento posterior, enquanto causa obrigatória de diminuição da pena, modelada pelo Código Penal, art. 16.

94 - EM 19 DE MARÇO DE 2002, JJ FOI CONDENADO À PENA DE 01 (UM) ANO DE DETENÇÃO, PELA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO CÓDIGO PENAL, ART. 207, EM SUA MODALIDADE BÁSICA (ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL). A PENA RESTOU SUBSTITUÍDA, NA SENTENÇA, PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A ENTIDADE PÚBLICA DE NATUREZA ASSISTENCIAL. INCONFORMADOS, APELARAM (I) O MINISTÉRIO PÚBLICO, COM O FITO DE MAJORAR A SANÇÃO, E (II) O RÉU JJ, COM O OBJETIVO DE AFASTAR A CONDENAÇÃO, POIS, AO SEU VER, NÃO FICARA SATISFATORIAMENTE PROVADA A AUTORIA. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA, CONSIDERANDO QUE O TRIBUNAL, EM 06 DE ABRIL DE 2006, DEPOIS DE CONHECER E PROVER A APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, ELEVOU A PENA PARA 01 (UM) ANO E 06 (SEIS) MESES DE DETENÇÃO, MANTENDO, ENTRETANTO, A SUBSTITUIÇÃO CONCEDIDA:

a) () o transcurso de 04 (quatro) anos, contados da condenação em Primeiro Grau, não enseja a prescrição superveniente ou subsequente, pois, em casos assim, é necessário o improvimento da apelação do Ministério Público;

b) () em virtude do provimento da apelação do Ministério Público, só poderá haver prescrição subsequente ou superveniente à sentença condenatória, se penderem de julgamento recursos especial e extraordinário, interpostos conjuntamente pelo réu;

c) () o provimento da apelação do Ministério Público obsta, de modo terminante, o reconhecimento da prescrição superveniente ou subsequente, ainda que a pena, depois de aumentada, não suba a 02 (dois) anos;

d) () o aumento da pena, decorrente do provimento da apelação do Ministério Público, deu-se em quantidade insuficiente para alterar o prazo previsto no Código Penal, art. 109, V, não obstante, assim, a decretação da prescrição superveniente ou subsequente à sentença condenatória, com todas as

GRUPO III

conseqüências daí decorrentes, inclusive a de prejudicar o recurso concomitante do réu, em ordem a impedir a sua apreciação.

95 - NO TEMA TIPICIDADE PENAL, É CORRETO AFIRMAR QUE OS ELEMENTOS NORMATIVOS:

- a) () designam realidades, fenômenos ou coisas perceptíveis diretamente pelo intérprete;
- b) () são alcançados pelo dolo e expressam as tendências, as intenções, os motivos especiais de agir e todos os demais fenômenos anímicos do agente;
- c) () são constituídos por termos ou expressões que somente adquirem sentido quando integrados por um juízo de valor, preexistente em outras normas jurídicas ou ético sociais;
- d) () não são encontrados nos tipos que definem os *Crimes contra o Patrimônio* e os *Crimes Praticados por Funcionário contra a Administração em Geral*.

96 - A ERRADA COMPREENSÃO OU IDENTIFICAÇÃO DA LEI A QUE SE REFERE O ART. 359 - D, DO CÓDIGO PENAL ("ORDENAR DESPESA NÃO AUTORIZADA POR LEI"), PARA COMPLETAR A DEFINIÇÃO DO CRIME POR ELE DESCRITO, CONSTITUI:

- a) () erro de subsunção;
- b) () erro de proibição;
- c) () erro de vigência;
- d) () erro de tipo.

97 - X, AGINDO SORRATEIRAMENTE, SUBTRAIU UM CHEQUE AO PORTADOR, EMITIDO POR Y, DE QUEM É CREDOR, E DELE SE APODEROU. COMO O VALOR CONSIGNADO NO TÍTULO CORRESPONDE À EXPRESSÃO PECUNIÁRIA DO DÉBITO, X SUPÔS-SE AUTORIZADO A QUITAR-SE, POR ESSE MEIO, APESAR DE SABER QUE A SOLUÇÃO POR ELE ADOTADA NÃO SERIA ACEITA POR Y. NA SITUAÇÃO HIPOTETICAMENTE POSTA, É POSSÍVEL IDENTIFICAR:

- a) () um erro de tipo essencial, pois o cheque ao portador não se conforma como coisa alheia móvel, para os fins previstos no Código Penal, art. 155;
- b) () um erro de direito extra penal, excludente do dolo, pois, enquanto ordem de pagamento à vista, o cheque não pode ser objeto do delito de furto;
- c) () um erro de proibição;
- d) () uma causa obrigatória de diminuição da pena, vinculada à primariedade do agente.

98 - DIANTE DA ATUAL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

- a) () é possível o reconhecimento da prescrição antecipada pela pena em perspectiva, ainda que, à oportunidade da condenação, a sanção efetivamente aplicada possa ser maior do que se conjecturava;
- b) () é possível a declaração da extinção da punibilidade do fato objeto da denúncia pela prescrição da pretensão punitiva, quando, considerada a pena máxima abstratamente cominada, transcorrer o prazo assinalado em lei, no interregno compreendido entre o dia em que o crime se consumou e o recebimento da denúncia, ainda que inexistente sentença condenatória, ou que esta não tenha transitado em julgado para a acusação;
- c) () o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva exige sentença trânsita em julgado para a acusação, não podendo, em qualquer caso, ser pronunciada antes de verificada essa condição;
- d) () a prescrição da pretensão punitiva, como medida despenalizadora, só pode ser declarada em favor dos acusados que contem com mais de 70 (setenta) anos, à data da sentença.

99 - X, COM O OBJETIVO DE OBTER VANTAGEM INDEVIDA EM OPERAÇÃO DE CÂMBIO, FAZ-SE PASSAR POR Y, QUE É UM RENOMADO EXPORTADOR DE PRODUTOS AGRÍCOLAS. DE POSSE DO INQUÉRITO POLICIAL, QUE APUROU O FATO COM TODAS AS SUAS CIRCUNSTÂNCIAS, O REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DEVE OFERECER X À AÇÃO DA JUSTIÇA PELO DELITO:

- a) () de falsa identidade;
- b) () de uso de documento de identidade alheia, previsto no Código Penal, art. 308;
- c) () de estelionato, na modalidade tentada, pois o agente pretendeu obter vantagem indevida em prejuízo de outrem;
- d) () previsto no art. 21, *caput*, da Lei nº 7492, de 1986, que define os *Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional*.

100. O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA TEM SIDO ACEITO PELA DOUTRINA E POR ALGUMAS DECISÕES JUDICIAIS COMO:

- a) () causa supralegal de exclusão da criminalidade;
- b) () causa de redução qualitativa e material da ilicitude;
- c) () causa de exclusão da tipicidade;

GRUPO III

d) () circunstância desprovida de relevância para a aplicação da lei penal.

101 - O CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA:

a) () deve ser provado por inspeção pericial ou direta;

b) () não é admissível no tocante ao documento particular;

c) () afeta a autenticidade ou inalterabilidade do documento na sua forma extrínseca e no seu conteúdo intrínseco;

d) () afeta apenas o teor ideativo do documento.

102 - X, VALENDO-SE DAS FACILIDADES QUE LHE SÃO PROPORCIONADAS PELO CARGO DE DIRETOR DA CARTEIRA DE HABITAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, QUE EXERCE HÁ DOIS ANOS E DOIS MESES, APROPRIOU-SE, INDEVIDAMENTE, EM PROVEITO PRÓPRIO, DE PARTE DE DINHEIRO SOB SUA POSSE, QUE DEVERIA DESTINAR À CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES. X COMETEU O DELITO:

a) () de peculato;

b) () de apropriação indébita;

c) () previsto no art. 5º, da Lei nº 7492, de 1986;

d) () de apropriação indébita, sem prejuízo da causa especial de aumento da pena prevista no Código Penal, art. 168, § 1º, III, pois tinha a guarda do valor em razão do ofício.

103. X, GERENTE DA AGÊNCIA POSTAL E TELEGRÁFICA DA ECT, NO MUNICÍPIO DE MORENO, ESTADO DE PERNAMBUCO, TINHA, POR FORÇA DESSA CONDIÇÃO, A POSSE DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), QUE SE ENCONTRAVAM ACONDICIONADOS NO COFRE DESTINADO À GUARDA DE VALORES E VALES POSTAIS. COM O CONCURSO DE Y, ESTRANHO AOS QUADROS DA EMPRESA, O QUAL, EM POSIÇÃO ESTRATÉGICA, EVITOU QUE TERCEIROS SE APROXIMASSEM DO LOCAL DO FATO, PRESTANDO, DESSE MODO, APOIO LOGÍSTICO À PRÁTICA DA INFRAÇÃO, X APROPRIOU-SE DA MENCIONADA IMPORTÂNCIA. DIAS DEPOIS, X CONTRATOU, COM UM SERVIÇO DE BUFET, A FESTA COMEMORATIVA DOS 80 (OITENTA) ANOS DE NASCIMENTO DA SUA GENITORA, CUJOS GASTOS, DA ORDEM DE R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS), FORAM PARCIALMENTE COBERTOS COM O PRODUTO DO ILÍCITO. EM TAIS CONDIÇÕES, AMBOS OS AGENTES:

a) () devem responder pelo delito de furto;

b) () devem responder por furto qualificado, em concurso formal com peculato;

c) () devem responder por peculato;

d) () devem responder por furto qualificado e por peculato, em concurso material.

104 - INDIGNADO COM A ESPOSA, X HOUE POR BEM CONSTRANGÊ-LA À CONJUNÇÃO CARNAL, CONTANDO, PARA TANTO, COM O CONCURSO DE JJ, SECRETÁRIA, COM LOTAÇÃO NO SEU GABINETE DE TRABALHO, QUE PERMANECEU COM UM REVÓLVER APONTADO PARA A CABEÇA DA VÍTIMA, ATÉ A OCORRÊNCIA DA CÓPULA VAGÍNICA. EM TAIS CONDIÇÕES:

a) () X e JJ devem responder pelo delito de estupro;

b) () não há delito de estupro, pois ao marido é lícito constranger a mulher à conjunção carnal, mesmo que empregue, para a obtenção do desiderato, violência ou grave ameaça;

c) () como não há delito de estupro, em virtude da licitude da ação praticada por X, apenas JJ deve responder por constrangimento ilegal;

d) () X e JJ devem responder pelo delito de estupro, em concurso material com o crime de constrangimento ilegal.

105. X, JUIZ DE DIREITO, EM VIAGEM DE RECREIO, DIRIGIU-SE DE MODO INJURIOSO A Y, POLICIAL ENCARREGADO DE CONTROLAR O TRÁFEGO EM RODOVIA FEDERAL, CHAMANDO-O DE CACHORRO E INCOMPETENTE. AS EXPRESSÕES FORAM PROFERIDAS DIANTE DA REVOLTA OCASIONADA PELO COMPORTAMENTO DE Y, POIS, IDENTIFICANDO-SE COMO MAGISTRADO, X SOLICITARA QUE O SEU VEÍCULO FOSSE VISTORIADO EM LOCAL ESPECIAL, PARA QUE NÃO OCORRESSE O EXAME DAS CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE DO SEU CARRO EM POSTO POLICIAL, SITUADO À MARGEM DA ESTRADA. X COMETEU O DELITO DE:

a) () resistência;

b) () injúria;

c) () desobediência;

d) () desacato.

106. NO PROCESSO PENAL,

I – qualquer das partes pode opor, no prazo de 5 dias, embargos de declaração, pedindo ao juiz ou ao tribunal de apelação que declare a sentença ou o acórdão, se houver obscuridade, ambigüidade, contradição ou omissão;

GRUPO III

II – as sentenças e as decisões com força de definitivas podem ser impugnadas, no prazo de 8 dias, através de apelação interposta por petição ou termo nos autos;

III – as decisões interlocutórias podem ser impugnadas, no prazo de 5 dias, por meio de recurso em sentido estrito;

IV – em tema de recursos, há alguns princípios, entre os quais o do duplo grau de jurisdição, o da voluntariedade, o da singularidade, o da fungibilidade e o da vedação da *reformatio in pejus*.

ANALISANDO AS ASSERTIVAS ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) () estão corretas as de números I e II;
- b) () estão corretas as de números I e III;
- c) () estão corretas as de números II e IV;
- d) () estão corretas as de números III e IV.

107. COM RELAÇÃO À PRISÃO PROCESSUAL E À LIBERDADE PROVISÓRIA, É INCORRETO AFIRMAR QUE:

a) () há flagrante preparado, quando o policial à paisana aproxima-se de um homem sentado num banco de praça e, depois de entabular uma conversa, consegue que ele lhe venda um pacote de maconha que tinha ocultado numa bolsa, para comercializar, dando-lhe, em seguida, voz de prisão;

b) () ressalvados os crimes que a legislação considera insuscetíveis de liberdade provisória, cabe ao juiz, ao receber os autos do flagrante, verificar se estão presentes os pressupostos autorizadores da prisão preventiva e, constando que isso não ocorre, conceder, depois de ouvido o Ministério Público, liberdade provisória ao indiciado;

c) () os juízes e membros do Ministério Público somente podem ser presos por ordem escrita e fundamentada do tribunal competente ou em caso de flagrante de crime inafiançável, sendo, na última hipótese, o fato comunicado imediatamente ao órgão superior da instituição, a fim de que se manifeste acerca da prisão;

d) () os membros do Congresso Nacional só podem ser presos em flagrante de crime inafiançável, devendo, nesse caso, ser imediatamente apresentados à respectiva Casa (Câmara dos Deputados ou Senado Federal), para que delibere sobre a manutenção da prisão e a formação da culpa.

108. NO PROCESSO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO JÚRI,

I - as nulidades relativas, surgidas em plenário, devem ser argüidas pela parte interessada logo

depois de ocorridas, sendo ainda necessário o seu registro na ata da sessão do julgamento, para se evitar a preclusão;

II – depois de apresentadas as alegações finais escritas e cumpridas as diligências necessárias, o juiz tem quatro opções: pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária, podendo essas decisões interlocutórias ser impugnadas por recurso em sentido estrito;

III – há um procedimento escalonado, cuja primeira fase, denominada de *judicium causae*, encerra-se com o trânsito em julgado da decisão de pronúncia;

IV – a apelação do Ministério Público não impede a imediata soltura do réu absolvido em plenário.

ANALISANDO AS ASSERTIVAS ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) () estão erradas as de números I e II;
- b) () estão erradas as de números II e III;
- c) () estão erradas as de números III e IV;
- d) () todas estão corretas.

109. ADMINISTRADOR DE UM BANCO SEDIADO EM SÃO PAULO/SP, H APROPRIOU-SE DE R\$ 800.000,00 (OITOCENTOS MIL REAIS), DE QUE TINHA A POSSE. ALÉM DISSO, OCULTOU A LOCALIZAÇÃO DAQUELE DINHEIRO, DEPOSITANDO UMA PARTE EM CONTA CORRENTE QUE ABRIU NOUTRO BANCO, SEDIADO NO PARANÁ, E ADQUIRINDO, EM NOME DO SEU MOTORISTA D, UM APARTAMENTO SITUADO NO RIO DE JANEIRO. PASSADO ALGUM TEMPO, D VENDEU O IMÓVEL A L, QUE O COMPROU DE BOA-FÉ. H E D TINHAM GASTO TODO O DINHEIRO REFERENTE À VENDA DO IMÓVEL, QUANDO A POLÍCIA DESCOBRIU OS DELITOS QUE COMETERAM (ARTIGO 5º DA LEI Nº 7.492/86 E ARTIGO 1º, INCISO VI, DA LEI Nº 9.613/98). DIANTE DA SITUAÇÃO NARRADA E CONSIDERANDO QUE O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL FACULTA A ADOÇÃO DE MEDIDAS ASSECURATÓRIAS, SERIA CORRETO DIZER QUE:

a) () o juiz pode, de modo fundamentado, ordenar a busca e apreensão da quantia depositada na conta corrente de H, decretando o seqüestro do apartamento comprado por L, prescindindo tais providências de representação da autoridade policial, ou de requerimento do advogado do banco, ou do representante do Ministério Público;

b) () o juiz pode, de modo fundamentado, decretar o seqüestro da quantia depositada na conta corrente de H, adotando a mesma medida em relação ao apartamento comprado por L, prescindindo tais providências de representação da

GRUPO III

autoridade policial, ou de requerimento do advogado do banco, ou do representante do Ministério Público;

c) () independente de provocação, o juiz pode, de modo fundamentado, decretar o seqüestro da quantia depositada na conta corrente de H e determinar, se houver requerimento formulado pelo advogado do banco, que se proceda à hipoteca legal sobre o apartamento comprado por L;

d) () independente de provocação, o juiz pode, de modo fundamentado, ordenar a busca e apreensão da quantia depositada na conta bancária de H e determinar, se houver requerimento formulado pelo advogado do banco, que se proceda à hipoteca legal sobre o apartamento comprado por L.

110. NO QUE DIZ RESPEITO ÀS RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM AUTORIDADE ESTRANGEIRA,

I – o processo e julgamento da extradição requestada por Estado estrangeiro cabe ao Supremo Tribunal Federal, sendo, igualmente, desse órgão a competência para mandar cumprir pedidos de citações, inquirições e outras diligências necessárias à instrução de processos submetidos ao julgamento de autoridades alienígenas, responsáveis por tais solicitações;

II – é válida a ordem de prisão contra extraditando emanada de autoridade alienígena investida, nos termos da legislação de seu país, de atribuição para decretar a custódia, ainda que aquela autoridade não integre o Poder Judiciário do Estado estrangeiro;

III – o órgão jurisdicional brasileiro não deve indeferir pedido de extradição com apoio no argumento de que o ordenamento jurídico, vigente no Estado estrangeiro, não é capaz de garantir ao extraditando o devido processo legal, com ampla defesa, contraditório e tratamento igualitário entre as partes perante o juiz natural;

IV – admite-se a extradição de brasileiro naturalizado, em caso de crime comum praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

ANALISANDO AS ASSERTIVAS ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) () estão certas as de números I e II;
- b) () estão certas as de números II e III;
- c) () estão certas as de números II e IV;
- d) () estão certas as de números I e IV.

111. A LIBERDADE NA BUSCA DA VERDADE REAL NÃO AUTORIZA O APROVEITAMENTO DE

PROVAS ILEGAIS OU CONSEGUIDAS POR MEIOS ILÍCITOS. ASSIM, SÃO INADMISSÍVEIS, NO PROCESSO:

a) () os dados bancários e fiscais conseguidos por força de requisições de uma comissão parlamentar de inquérito;

b) () os dados bancários e fiscais do réu obtidos por força de decisão judicial, que determinou, fundamentadamente, a respectiva quebra;

c) () os documentos – declarações de imposto de renda de pessoa física, notas fiscais e recibos que as acompanham – enviados ao procurador da república por servidor da Receita Federal, ao fazer comunicação da ocorrência de possível crime tributário;

d) () as fitas magnéticas em que estão gravadas conversas telefônicas, interceptadas por força de requisição do Ministério Público, e o documento contendo a reprodução escrita do conteúdo daquelas gravações.

112. NO QUE CONCERNE À CITAÇÃO EDITALÍCIA, NO ÂMBITO DO PROCESSO PENAL,

I – se o réu estiver preso na unidade federativa em que o magistrado exerce sua jurisdição, é possível sua citação por edital;

II – é indispensável, para a validade da citação, que o edital seja fixado no átrio do fórum e publicado nas impressas oficial e comum;

III – é nula a citação, quando o edital, embora indicando o dispositivo da lei penal, não transcreve a denúncia ou a queixa nem resume os fatos em que se baseia;

IV – se o réu – processado por delito de ocultação de valores provenientes de crime antecedente de extorsão mediante seqüestro – apesar de citado por edital, não comparece nem constitui advogado, ficam suspensos o processo e a prescrição.

ANALISANDO AS ASSERTIVAS ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) () estão erradas as de números I e II;
- b) () estão erradas as de números II e III;
- c) () estão erradas as de números III e IV;
- d) () todas estão erradas.

113. A PROVA TESTEMUNHAL É A MAIS USADA. A RESPEITO DELA, AFIGURA-SE INCORRETO PROCLAMAR QUE:

a) () o dever de testemunhar comporta exceções estabelecidas em respeito aos laços afetivos decorrentes do parentesco entre as pessoas e, também, para salvaguardar determinadas funções,

GRUPO III

cujos titulares têm o dever – profissional ou funcional – de guardar segredo sobre os fatos de que tomaram conhecimento no exercício de seus misteres;

b) () no processo comum destinado a apurar a responsabilidade de réu a quem se imputa a prática de três fatos criminosos da competência da Justiça Federal, o procurador da república pode arrolar, no máximo, 8 testemunhas, e o advogado do acusado pode arrolar até 8 testemunhas;

c) () o preceito que determina sejam as testemunhas indicadas pela acusação inquiridas antes das arroladas pela defesa é corolário do princípio do contraditório;

d) () a legislação processual penal anuncia que toda pessoa pode dar testemunho, considerando-se também como testemunha o menor, o insano e o silvícola ainda não aculturado.

114. CONSIDERANDO AS REGRAS RELATIVAS À COMPETÊNCIA,

I – o foro competente para o processo e julgamento do crime de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado;

II – independentemente da natureza do delito – comum ou de responsabilidade – praticado por um procurador regional da república, este será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;

III – indiciado pela prática de corrupção ativa porque ofereceu vantagem indevida a servidor do INSS, para que retardasse o fornecimento de uma certidão à empresa de seu adversário, o deputado estadual, que tem foro no Tribunal de Justiça do Estado por prerrogativa de sua função, deve, nessa hipótese, ser denunciado perante o Tribunal Regional Federal, com jurisdição na região onde o delito foi cometido;

IV – compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado de dois delitos conexos, ainda que aquele ao qual se comina a pena mais grave seja de competência estadual.

ANALISANDO AS ASSERTIVAS ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) () estão erradas as de números I e II;
- b) () estão erradas as de números II e III;
- c) () estão erradas as de números III e IV;
- d) () todas estão corretas.

115. QUANTO AO INQUÉRITO, MARQUE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () sendo constatadas irregularidades no inquérito policial, reconhece-se a contaminação da ação penal respectiva, que pode ser anulada;

b) () não obstante a vedação contida no inciso IV do artigo 5º da Constituição, a autoridade policial pode proceder à investigação a partir de uma *notitia criminis* anônima;

c) () não pode o acusado ser compelido a participar da reprodução simulada do crime, embora a diligência tenha sido deferida pelo juiz no curso do inquérito, para atender a requerimento do Ministério Público;

d) () quando há indícios de autoria e materialidade de fato penal típico, o ato de indiciamento em inquérito policial não configura constrangimento ao direito de locomoção do investigado sanável por habeas corpus.

116. EM TEMA DE AÇÃO PENAL PRIVADA,

I – o perdão e a perempção são institutos condicionados à existência de uma ação em curso, enquanto a renúncia precede a propositura e o recebimento da queixa;

II – ao contrário da renúncia, o perdão é um ato bilateral, não produzindo efeito se o querelado não o aceita;

III – para aceitar validamente o perdão, o ofendido, maior de 18 e menor de 21 anos, precisa do consentimento do seu representante legal;

IV – embora duas pessoas sejam responsáveis pelas ofensas, pode o ofendido promover ação privada contra uma delas.

ANALISANDO AS ASSERTIVAS ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) () estão erradas as de números I e II;
- b) () estão erradas as de números II e III;
- c) () estão erradas as de números III e IV;
- d) () todas estão corretas.

117. COSTUMA-SE DIZER QUE O INTERROGATÓRIO É MEIO DE PROVA E ATO DE DEFESA. SOBRE ESSE TEMA, ASSINALE A OPÇÃO CERTA:

a) () o defensor, regularmente constituído na fase do inquérito policial, deve ser intimado para acompanhar o interrogatório do réu, pois a inobservância dessa formalidade acarreta nulidade absoluta;

b) () o juiz pode negar valor à retratação do réu, restabelecendo a validade da confissão extrajudicial, com fundamento apenas na delação de co-réu, para fins de amparar sua decisão condenatória;

GRUPO III

c) () a falta de aviso quanto à possibilidade de silêncio do réu no seu interrogatório em juízo constitui nulidade relativa, cujo reconhecimento pressupõe arguição oportuna e demonstração do prejuízo advindo de sua inobservância;

d) () configura constrangimento ilegal a manifestação do representante do Ministério Público dizendo, por ocasião do oferecimento da denúncia, que o réu só será agraciado com o perdão judicial, se confirmar, no seu interrogatório em juízo, a delação feita na fase investigatória.

118. CHEFE DE UMA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, C FOI SURPREENDIDO E PRESO PORQUE MANTINHA EM DEPÓSITO, NO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COMERCIAL E SEM AUTORIZAÇÃO, MUITAS ARMAS DE FOGO E EXPRESSIVA QUANTIDADE DE MUNIÇÃO. NESSA HIPÓTESE,

I – para indeferir, validamente, o pedido de liberdade provisória, requerido pela defesa de C, basta ao juiz apontar, em sua decisão, a prova da existência do crime e o indício suficiente de sua autoria;

II – a legislação restringe a concessão de liberdade provisória, mas o juiz pode, em decisão fundamentada, relaxar o flagrante no curso do processo, se constatar a ocorrência de excesso de prazo na prisão não provocado pela defesa de C;

III – deve o juiz, ao receber os autos do respectivo inquérito, exarar despacho motivado de manutenção do flagrante de C, ainda que o advogado deste não tenha requerido a revogação ou o relaxamento de sua custódia cautelar;

IV – é irrelevante, para fins de indeferimento do pedido de liberdade provisória formulado pela defesa, o argumento de que milita em favor de C a presunção de inocência consagrada na Constituição (art. 5º, LVII).

ANALISANDO AS ASSERTIVAS ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) () estão erradas as de números I e II;
- b) () estão erradas as de números II e III;
- c) () estão erradas as de números III e IV;
- d) () estão erradas as de números I e III.

119. A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PROCLAMA QUE:

a) () em homenagem às garantias da defesa, a alegação da inépcia da denúncia pode ser acatada depois de prolatada a sentença de mérito;

b) () a queixa deve ser dada por procurador com poderes especiais, mas, se o querelante assina a

respectiva petição, fica suprida a deficiência do instrumento procuratório;

c) () o erro referente ao enquadramento da conduta do infrator torna a denúncia inepta, pois a legislação determina que a referida peça apresente a classificação do crime;

d) () nos crimes de ação pública condicionada, arquivado o inquérito policial por despacho do juiz, em atenção a requerimento tempestivamente formulado pelo procurador da república, cabe o oferecimento de queixa para inaugurar ação penal privada subsidiária da pública, pois o ofendido é o maior interessado na preservação da própria honra.

120. A JUSTIÇA FEDERAL INSTITUIU JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS. SOBRE ESSE TEMA, AFIRMA-SE QUE:

I – a multa fixada na transação, não sendo paga, será convertida em pena privativa de liberdade ou em sanção restritiva de direito;

II – a multa fixada na transação, não sendo paga, será convertida em sanção restritiva de direito, em face da natureza despenalizadora da lei que regula o funcionamento dos Juizados Especiais Criminais Federais;

III – os Juizados Especiais Criminais Federais estão encarregados de fazer a conciliação, o julgamento e a execução de infrações – contravenções e crimes – de menor potencial ofensivo, as quais sejam da competência da Justiça Federal;

IV – a oralidade, a informalidade e a celeridade são princípios orientadores dos Juizados Especiais Criminais Federais, que visam, sempre que possível, à reparação dos danos sofridos pela vítima e à aplicação de pena privativa de liberdade.

ANALISANDO AS ASSERTIVAS ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) () está correta a de número I;
- b) () está correta a de número II;
- c) () estão corretas as de números III e IV;
- d) () todas estão erradas.



RASCUNHO DA FOLHA DE RESPOSTAS

1ª PARTE - GRUPO I																							
1	●	B	C	D	E	11	●	B	C	D	E	21	●	B	C	D	E	31	●	B	C	D	E
2	A	●	C	D	E	12	A	●	C	D	E	22	A	●	C	D	E	32	A	●	C	D	E
3	A	B	●	D	E	13	A	B	●	D	E	23	A	B	●	D	E	33	A	B	●	D	E
4	A	B	C	●	E	14	A	B	C	●	E	24	A	B	C	●	E	34	A	B	C	●	E
5	A	B	C	D	●	15	A	B	C	D	●	25	A	B	C	D	●	35	A	B	C	D	●
6	●	B	C	D	E	16	●	B	C	D	E	26	●	B	C	D	E	36	●	B	C	D	E
7	A	●	C	D	E	17	A	●	C	D	E	27	A	●	C	D	E	37	A	●	C	D	E
8	A	B	●	D	E	18	A	B	●	D	E	28	A	B	●	D	E	38	A	B	●	D	E
9	A	B	C	●	E	19	A	B	C	●	E	29	A	B	C	●	E	39	A	B	C	●	E
10	A	B	C	D	●	20	A	B	C	D	●	30	A	B	C	D	●	40	A	B	C	D	●

2ª PARTE - GRUPO II																							
1	●	B	C	D	E	11	●	B	C	D	E	21	●	B	C	D	E	31	●	B	C	D	E
2	A	●	C	D	E	12	A	●	C	D	E	22	A	●	C	D	E	32	A	●	C	D	E
3	A	B	●	D	E	13	A	B	●	D	E	23	A	B	●	D	E	33	A	B	●	D	E
4	A	B	C	●	E	14	A	B	C	●	E	24	A	B	C	●	E	34	A	B	C	●	E
5	A	B	C	D	●	15	A	B	C	D	●	25	A	B	C	D	●	35	A	B	C	D	●
6	●	B	C	D	E	16	●	B	C	D	E	26	●	B	C	D	E	36	●	B	C	D	E
7	A	●	C	D	E	17	A	●	C	D	E	27	A	●	C	D	E	37	A	●	C	D	E
8	A	B	●	D	E	18	A	B	●	D	E	28	A	B	●	D	E	38	A	B	●	D	E
9	A	B	C	●	E	19	A	B	C	●	E	29	A	B	C	●	E	39	A	B	C	●	E
10	A	B	C	D	●	20	A	B	C	D	●	30	A	B	C	D	●	40	A	B	C	D	●

3ª PARTE - GRUPO III																							
1	●	B	C	D	E	11	●	B	C	D	E	21	●	B	C	D	E	31	●	B	C	D	E
2	A	●	C	D	E	12	A	●	C	D	E	22	A	●	C	D	E	32	A	●	C	D	E
3	A	B	●	D	E	13	A	B	●	D	E	23	A	B	●	D	E	33	A	B	●	D	E
4	A	B	C	●	E	14	A	B	C	●	E	24	A	B	C	●	E	34	A	B	C	●	E
5	A	B	C	D	●	15	A	B	C	D	●	25	A	B	C	D	●	35	A	B	C	D	●
6	●	B	C	D	E	16	●	B	C	D	E	26	●	B	C	D	E	36	●	B	C	D	E
7	A	●	C	D	E	17	A	●	C	D	E	27	A	●	C	D	E	37	A	●	C	D	E
8	A	B	●	D	E	18	A	B	●	D	E	28	A	B	●	D	E	38	A	B	●	D	E
9	A	B	C	●	E	19	A	B	C	●	E	29	A	B	C	●	E	39	A	B	C	●	E
10	A	B	C	D	●	20	A	B	C	D	●	30	A	B	C	D	●	40	A	B	C	D	●

**ESTA FOLHA PERTENCE AO CANDIDATO,
PODENDO SER DESTACADA DO CADERNO DE PROVA**